



SIMULADO ESPECIAL

SEFAZ SP

Orçamento e Finanças Públicas
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

1. Este simulado conta com questões focadas para o concurso **SEFAZ-SP**;
2. A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
3. As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
4. A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/g9th4TqaHXxGNUT7A>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE	101 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE	102 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE	103 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE	104 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE	105 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE	106 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE	107 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE	108 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE	109 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE	110 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE	111 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE	112 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE	113 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE	114 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE	115 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE	116 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE	117 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE	118 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE	119 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE	120 - ABCDE

RANKING CLASSIFICATÓRIO

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

<http://estrategi.ac/kg76zn>

SISTEMA DE QUESTÕES

Acesse o link abaixo para fazer este simulado no Sistema de Questões.

<https://bit.ly/4e1TIRX>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**ADMINISTRAÇÃO GERAL***Stefan Fantini*

1. Em determinada organização, a alta administração é responsável pela elaboração de um planejamento que abrange toda a instituição, estabelecendo os caminhos a serem seguidos no longo prazo.

O tipo de planejamento descrito é denominado:

- a) planejamento tático
- b) planejamento gerencial
- c) planejamento operacional
- d) planejamento intermediário
- e) planejamento estratégico

2. “Ser instituição protagonista e inovadora em planejamento e gestão de recursos financeiros.”

O trecho acima, extraído do Planejamento Estratégico da SEFAZ-SP, representa

- a) a missão da SEFAZ-SP
- b) o propósito da SEFAZ-SP
- c) a visão da SEFAZ-SP
- d) os valores da SEFAZ-SP
- e) a ética da SEFAZ-SP

3. A forma de coordenação que ocorre a partir da comunicação entre os responsáveis pela realização de uma tarefa, em relações que não implicam subordinação, é denominada:

- a) Supervisão direta.
- b) Função de staff.
- c) Padronização de resultados.
- d) Ajuste espontâneo.
- e) Autoridade de linha.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*Rodrigo Rennó*

4. A trajetória da administração pública costuma ser analisada a partir de modelos de gestão que se sucederam no tempo. No Brasil, a reforma gerencial da década de 1990 representou um marco importante nesse processo.

Sobre os modelos de administração pública e a reforma gerencial brasileira, assinale a alternativa correta.

- a) No modelo patrimonialista, há clara distinção entre os bens públicos e os bens particulares do governante.
- b) A administração burocrática tem como foco principal os resultados e a satisfação do cidadão-cliente.
- c) O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995) propôs a transição para a administração gerencial, com foco em resultados e maior autonomia aos gestores.
- d) A administração gerencial surgiu antes da administração burocrática na evolução dos modelos de gestão.
- e) O modelo gerencial afasta os instrumentos de controle da administração pública.

5. Os conceitos de governança, governabilidade e accountability ganharam centralidade na administração pública com a difusão da Nova Gestão Pública (NGP).

A respeito da Nova Gestão Pública e desses conceitos, assinale a alternativa correta.

- a) A Nova Gestão Pública rejeita a importação de ferramentas gerenciais oriundas do setor privado.
- b) A governabilidade diz respeito à capacidade técnica de formular e implementar políticas, sem relação com o apoio político.
- c) A accountability resume-se à prestação de contas de natureza financeira dos gestores públicos.
- d) A dimensão vertical da accountability refere-se ao controle recíproco exercido entre as instituições do Estado.
- e) A governança pública diz respeito à capacidade de direção, coordenação e controle do Estado voltada à entrega de resultados à sociedade.

6. A transparência e o acesso à informação são pilares da administração pública contemporânea, disciplinados pela Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), e relacionam-se com o ciclo das políticas públicas.

Sobre o acesso à informação e as políticas públicas, assinale a alternativa correta.

- a) Na Lei de Acesso à Informação, o sigilo é a regra geral e a publicidade, a exceção.
- b) A transparência ativa consiste na divulgação espontânea, pelo poder público, de informações de interesse coletivo, independentemente de solicitação.
- c) O fornecimento da informação pública depende de o solicitante demonstrar as razões do seu pedido.
- d) A formação da agenda corresponde à etapa de execução das políticas públicas pela burocracia.
- e) A avaliação das políticas públicas antecede a sua formulação no ciclo de políticas.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Tonyvan Carvalho

7. Durante o planejamento de trabalhos de fiscalização em determinada entidade pública, o Tribunal de Contas identificou três situações:

- I. Necessidade de examinar as demonstrações contábeis da entidade, com o propósito de obter evidências suficientes e apropriadas que permitam expressar opinião sobre a existência de distorções relevantes decorrentes de fraude ou erro, considerando a estrutura de relatório financeiro aplicável.
- II. Necessidade de avaliar se determinado programa governamental alcançou os resultados pretendidos, considerando a utilização dos recursos disponíveis, os custos envolvidos e a possibilidade de aperfeiçoamento das ações implementadas, mediante análise das causas dos desvios identificados.
- III. Necessidade de verificar se determinadas contratações públicas observaram não apenas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, mas também os acordos, as políticas institucionais e os princípios gerais que regem a gestão financeira responsável no setor público.

Considerando os objetivos, os critérios e as características das auditorias do setor público, conforme a NBASP 100, assinale a alternativa correta.

- a) A situação I caracteriza auditoria financeira, cuja finalidade é assegurar que as demonstrações contábeis estejam integralmente livres de quaisquer distorções, independentemente de sua relevância, enquanto a situação III caracteriza auditoria de conformidade, cujos critérios se restringem às normas juridicamente vinculantes.
- b) A situação II caracteriza auditoria operacional, na qual a análise dos princípios de economicidade, eficiência e efetividade pressupõe necessariamente a identificação de irregularidades legais, sendo a formulação de recomendações condicionada à comprovação de descumprimento normativo.

- c) A situação III caracteriza auditoria de conformidade, cujos critérios podem abranger leis, regulamentos, políticas, acordos e princípios gerais aplicáveis à gestão pública, enquanto a situação II caracteriza auditoria operacional, voltada à avaliação do desempenho segundo critérios adequados, à análise das causas dos desvios e à identificação de oportunidades de aperfeiçoamento.
- d) As situações I e III caracterizam auditorias financeiras, pois ambas envolvem transações financeiras e informações contábeis, distinguindo-se exclusivamente pela natureza dos critérios utilizados, sendo a auditoria de conformidade aplicável apenas a objetos sem repercussão financeira.
- e) A situação II caracteriza auditoria operacional, cujo objetivo principal consiste em emitir opinião sobre a conformidade das informações financeiras com a estrutura contábil aplicável, enquanto a situação I caracteriza auditoria de conformidade, em razão da necessidade de obtenção de evidências suficientes e apropriadas.
- 8.** Durante a execução de auditoria financeira em uma autarquia estadual, a equipe de fiscalização identificou divergências relevantes entre os saldos registrados no sistema contábil da entidade e as informações obtidas diretamente de terceiros. Adicionalmente, determinados documentos utilizados para fundamentar os registros apresentavam características que suscitaram questionamentos sobre sua autenticidade e integridade.
- Ao avaliar os elementos probatórios reunidos, o auditor constatou que as inconsistências poderiam comprometer a fundamentação de suas conclusões e, eventualmente, afetar outras áreas examinadas no trabalho.
- Considerando as disposições da NBC TA 500 – Evidência de Auditoria, assinale a alternativa que apresenta a conduta tecnicamente adequada a ser adotada pelo auditor.
- a) Priorizar as informações obtidas de terceiros independentes, considerando que sua origem externa lhes confere confiabilidade absoluta, tornando desnecessária a execução de procedimentos complementares.
- b) Selecionar, mediante julgamento profissional, os elementos probatórios que apresentem maior grau de credibilidade, afastando os demais, desde que a decisão seja devidamente fundamentada na documentação de auditoria.
- c) Comunicar as divergências à administração da entidade e considerar suficientes os esclarecimentos formalmente apresentados, uma vez que a responsabilidade pela integridade dos registros contábeis pertence aos gestores.
- d) Reavaliar exclusivamente os procedimentos relacionados aos saldos divergentes, uma vez que eventuais inconsistências entre evidências não devem interferir na avaliação de outros componentes da auditoria.
- e) Avaliar a necessidade de modificar ou ampliar os procedimentos de auditoria para esclarecer as divergências e as dúvidas identificadas, considerando também os possíveis reflexos dessas circunstâncias sobre outros aspectos do trabalho.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

9. João, dirigente de uma autarquia estadual qualificada legalmente como agência executiva, depara-se com diversas demandas logísticas e operacionais essenciais para o funcionamento do órgão. Entre as necessidades imediatas, listam-se: a compra de materiais de expediente comuns para abastecer o almoxarifado, a contratação de um serviço de restauração de uma obra de arte histórica pertencente ao acervo da autarquia, a aquisição de um software específico que só pode ser fornecido por uma empresa representante exclusiva no Brasil, e a realização de uma contratação direta, que, por um descuido, acabou sendo efetivada com erro grosseiro. Diante dessas necessidades, João analisa os procedimentos cabíveis sob a ótica da Lei nº 14.133/2021. Com base na situação narrada e nas regras de contratação direta, assinale a alternativa correta:

- a) Na aquisição do software que só pode ser fornecido por empresa representante exclusiva, a licitação será considerada dispensável, devendo a comprovação ser feita mediante atestado de exclusividade e sendo expressamente permitida a preferência por marca específica.
- b) Para a compra dos materiais de expediente por baixo valor, a licitação é dispensável para valores inferiores a R\$ 50.000,00, não se aplicando o limite em dobro para a autarquia qualificada como agência executiva, visto que tal regra de duplicação é restrita aos consórcios públicos.
- c) A contratação do serviço de restauração da obra de arte histórica caracterizará hipótese de inexigibilidade de licitação caso se trate de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual prestado por profissional ou empresa de notória especialização.
- d) Na hipótese de a contratação direta ter sido indevida e ocorrida com erro grosseiro, apenas o agente público responsável responderá pelo dano causado ao erário, excluindo-se a responsabilidade do particular contratado.

e) Caso opte pela dispensa de licitação em razão do baixo valor, a Administração fica estritamente proibida de realizar divulgação prévia de aviso em sítio eletrônico para obter propostas adicionais, visto que a dispensa extingue qualquer rito competitivo.

10. Determinada Secretaria de Estado firmou contrato administrativo para a prestação continuada de serviços de tecnologia da informação. No decorrer da execução contratual, surgiram controvérsias operacionais decorrentes do atraso no repasse de pagamentos devidos pelo poder público, levando o particular a questionar os limites e possibilidades de paralisação das atividades prestadas. Considerando o regime das cláusulas exorbitantes e as regras relativas à exceção do contrato não cumprido previstas na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta:

- a) O contratado pode suspender imediatamente a execução de suas obrigações contratuais tão logo seja constatado qualquer atraso no pagamento de parcelas devidas pela Administração Pública.
- b) Na hipótese de inadimplemento da Administração por atraso superior a dois meses, o contratado poderá exigir a suspensão do contrato mesmo quando decorrente de situação de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra.
- c) Caso a inadimplência contratual seja praticada pelo próprio contratado, a Administração Pública também ficará impedida de suspender os pagamentos até que decorra o prazo mínimo de dois meses do descumprimento.
- d) O contratado terá direito à extinção do contrato ou à suspensão do cumprimento de suas obrigações quando houver atraso superior a dois meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração Pública, ressalvadas as hipóteses de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

e) Nos contratos de concessão de serviços públicos regidos pela Lei nº 8.987/1995, havendo inadimplência da Administração Pública, a concessionária pode paralisar imediatamente os serviços prestados assim que ajuizar a ação de rescisão judicial.

11. Um servidor público estadual passou a ser investigado nas esferas cível, criminal e administrativa sob a acusação de ter praticado ato que acarretaria lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito no exercício de suas funções. No âmbito das discussões sobre a independência das instâncias e a aplicação das sanções, a autoridade competente observou as regras estabelecidas pela Lei nº 8.429/1992. Considerando o regime jurídico do ressarcimento ao erário, a independência das instâncias e a apresentação da declaração de bens pelo agente público, assinale a alternativa correta:

- a) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a qual deverá ser atualizada anualmente e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, do cargo, do emprego ou da função.
- b) O agente público que se recusar a prestar a declaração dos bens dentro do prazo determinado ou que prestar declaração falsa será apenado unicamente com a sanção de advertência por se tratar de infração meramente formal.
- c) Na hipótese de ocorrer lesão ao patrimônio público, a reparação do dano fixada em ação de improbidade administrativa independe de eventual ressarcimento já ocorrido nas instâncias criminal, civil e administrativa sobre os mesmos fatos, sendo vedada qualquer dedução.
- d) As sentenças civis e penais produzirão efeitos em relação à ação de improbidade administrativa em qualquer hipótese de absolvição,

independentemente de concluírem ou não pela inexistência da conduta ou pela negativa da autoria.

e) A aplicação da pena administrativa de demissão a servidor público em razão da prática de improbidade administrativa depende indispensavelmente de prévia condenação, por autoridade judiciária, à perda da função pública.

12. João, cidadão atuante, protocolou um pedido de acesso a informações perante determinada autarquia para obter cópias físicas de uma série de processos administrativos. O volume de documentos solicitados é grande, inviabilizando a concessão de acesso imediato e gerando custos materiais significativos de reprodução. Ademais, verificou-se internamente que uma pasta contendo parte dos registros físicos solicitados foi extraviada. Considerando os trâmites legais para atendimento da demanda e o regime de acesso à informação aplicável à Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) O órgão público dispõe do prazo máximo, improrrogável e preclusivo de 20 (vinte) dias para enviar a informação, comunicar data e local para consulta ou indicar as razões de fato ou de direito da recusa.
- b) O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, admitindo-se a cobrança exclusivamente do valor necessário ao ressarcimento do custo de reprodução, estando isento o requerente cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família.
- c) Na hipótese de a autarquia comunicar oralmente a João que a informação requerida já se encontra publicamente disponível em meio eletrônico, o órgão estará automaticamente desonerado da obrigação de seu fornecimento direto, independentemente de qualquer manifestação do cidadão.
- d) Diante do extravio da pasta com os documentos físicos, o requerente não possui instrumento administrativo imediato para exigir apuração dos

fatos, devendo o órgão atuar de ofício no prazo de um ano.

- e) Caso o acesso seja denegado sob a justificativa de que os autos são sigilosos, João poderá interpor recurso em face da decisão no prazo estrito de 15 (quinze) dias, a contar de sua ciência, dirigido à mesma autoridade que exarou a decisão.

13. A Secretaria da Fazenda (SEFAZ), pessoa jurídica de direito público, firmou contrato com uma empresa privada de tecnologia visando à execução descentralizada de serviços de modernização de sua plataforma corporativa. Para o fiel cumprimento do contrato, a SEFAZ precisará transferir dados pessoais de contribuintes à referida empresa privada. Considerando a situação hipotética descrita e as regras sobre o tratamento de dados pessoais pelo Poder Público e as sanções administrativas dispostas na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), assinale a alternativa correta:

- a) A transferência dos dados pessoais constantes nas bases da SEFAZ para a empresa privada contratada é terminantemente vedada, não admitindo exceções legais, ainda que o objetivo seja a execução descentralizada de uma atividade pública.
- b) Os dados pessoais contidos no banco de dados da SEFAZ deverão ser armazenados e mantidos estritamente em formatos não estruturados e proprietários, a fim de inviabilizar o uso compartilhado e resguardar a privacidade.
- c) A comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais da SEFAZ para a referida pessoa de direito privado ocorrerá independentemente de informação à autoridade nacional e de consentimento do titular em todas as suas operações.
- d) Na hipótese de a SEFAZ cometer infração às normas de proteção de dados no decorrer dessa operação, a autoridade nacional poderá aplicar-lhe diretamente a sanção de multa simples de até 2% (dois por cento) de seu orçamento.
- e) A aplicação de sanções administrativas à SEFAZ ou aos seus agentes em virtude de infrações às normas

da LGPD não exclui a aplicação das disposições previstas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

14. Determinada sociedade empresária, atuante no setor de construção civil, é investigada por supostos atos de corrupção em licitações e contratos com a Administração Pública. No decorrer do processo, apura-se a efetiva prática de atos lesivos previstos na Lei nº 12.846/2013, o que enseja a responsabilização da empresa e de seus dirigentes. Verifica-se, ainda, a existência de uma sociedade controladora envolvida no caso. A sociedade infratora, visando mitigar as consequências, cogita a celebração de um acordo de leniência. Com base nas disposições de responsabilização e sanções da referida Lei, assinale a alternativa correta:

- a) A responsabilização da sociedade empresária pelos atos lesivos será objetiva, enquanto a responsabilização de seus dirigentes ou administradores também será objetiva, independentemente da demonstração da culpabilidade de cada um.
- b) A sociedade controladora será solidariamente responsável pela prática dos atos previstos na Lei Anticorrupção, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.
- c) As sanções administrativas que podem ser aplicadas à sociedade empresária responsável incluem, cumulativamente com a multa, a suspensão ou interdição parcial de suas atividades e a dissolução compulsória da pessoa jurídica.
- d) A celebração e o efetivo cumprimento do acordo de leniência pela sociedade colaboradora isentam a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
- e) Caso a autoridade competente aplique a sanção de multa à sociedade empresária, o valor será exclusivamente fixado entre R\$ 6.000,00 e R\$ 60.000.000,00, sendo vedada a utilização do faturamento bruto como critério de cálculo.

15. Determinada servidora pública, ocupante de cargo efetivo em município, necessitou se afastar de suas funções durante seis meses por motivo de licença para tratamento de saúde. Ao retornar ao trabalho e solicitar o agendamento de seu período aquisitivo de férias, foi surpreendida com a negativa da Administração Municipal. A decisão administrativa fundamentou-se em legislação local que determina a perda ou restrição do direito às férias para os servidores que permanecerem em licença para tratamento de saúde por período superior a três meses no mesmo exercício. Considerando o entendimento jurisprudencial consolidado sobre os direitos constitucionais dos agentes públicos, assinale a alternativa correta:

- a) A restrição imposta pelo município é válida, tendo em vista que, no exercício de sua autonomia legislativa para disciplinar o regime jurídico dos servidores, o ente federativo detém competência plena para estabelecer condições impeditivas ao gozo de férias.
- b) O afastamento da servidora por motivo de doença pode ser interpretado como substitutivo do direito ao descanso anual, o que legitima a norma municipal impeditiva.
- c) A limitação ao direito de férias é inconstitucional, uma vez que, no exercício de sua autonomia legislativa, o município não pode restringir o período de férias sob o fundamento de que a servidora esteve em licença para tratamento de saúde, sob pena de violação ao direito constitucional ao descanso anual.
- d) O município pode restringir o período de férias, desde que assegure o pagamento de indenização correspondente ao terço constitucional, compensando a ausência do descanso físico.
- e) A restrição ao período de férias decorrente de licença saúde é aplicável exclusivamente aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não alcançando os ocupantes de cargo efetivo submetidos ao regime estatutário.

16. O Estado Alfa, no regular exercício de suas atividades de controle e regulação, deparou-se com diversas situações envolvendo delegações de serviços e utilidades públicas em seu território. Entre os cenários submetidos à análise de sua agência reguladora, destacam-se: a prestação de serviços de táxi por particulares sem a realização de procedimento licitatório prévio; o corte no fornecimento de energia elétrica de determinados usuários; a notificação extrajudicial de uma concessionária de rodovia cobrando uma autarquia estadual de saneamento pelo uso da faixa de domínio; e a identificação de graves irregularidades no serviço de transporte coletivo que ensejam a possibilidade de intervenção na respectiva concessionária. Considerando os entendimentos jurisprudenciais consolidados sobre a prestação, regulação e sanção nos serviços e utilidades públicas, assinale a alternativa correta:

- a) Em relação aos serviços de táxi autorizados pelo Poder Público, a ausência de licitação configura inconstitucionalidade, por se tratar de delegação de serviço público submetido ao art. 175 da Constituição Federal.
- b) É legítimo o corte no fornecimento de energia elétrica dos usuários pela concessionária local quando a inadimplência decorrer, exclusivamente, de débitos pretéritos, desde que seja garantida a prévia notificação.
- c) É devida e legítima a cobrança promovida pela concessionária de rodovia em face da autarquia estadual de saneamento básico pelo uso da faixa de domínio da via pública concedida, constituindo fonte de receita complementar.
- d) Na decretação de intervenção sobre a concessionária de transporte, o direito de defesa do concessionário só é propiciado após a decretação da intervenção, a partir do momento em que for instaurado o procedimento administrativo.
- e) Eventuais processos administrativos sancionadores instaurados pela agência reguladora estadual contra as referidas concessionárias devem tramitar sob sigilo absoluto durante toda a sua tramitação.

17. Durante uma grande manifestação de cunho político que bloqueava uma das principais avenidas da cidade, o Batalhão de Polícia de Choque do Estado Alfa interveio para restabelecer a ordem. No momento de maior tensão e confronto, ocorreu o disparo de projéteis de borracha e bombas de efeito moral. Um repórter fotográfico, cobrindo o evento para um veículo de imprensa, adentrou uma área delimitada pelas forças policiais como zona de exclusão e risco iminente, ignorando reiteradas e ostensivas advertências sonoras e visuais para se retirar do local. Pouco tempo depois, ele foi atingido no olho por um fragmento de um dos artefatos lançados pela polícia, perdendo a visão. Com base no entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal acerca da responsabilidade civil do Estado em situações de manifestações públicas e ferimento de profissionais de imprensa, assinale a alternativa correta:

- a) A responsabilidade civil do Estado é sempre integral, sem admitir excludentes, devendo indenizar o profissional da imprensa ferido independentemente do local em que ele se encontrava, por se tratar de atividade de risco acentuado inerente à cobertura jornalística.
- b) A responsabilidade civil do Estado é objetiva, mas será excluída no caso concreto, configurando culpa exclusiva da vítima, por ter o profissional de imprensa descumprido ostensiva e clara advertência sobre o acesso à área delimitada, onde havia grave risco.
- c) A responsabilidade do Estado nesse cenário é subjetiva, recaindo sobre o ente federativo o ônus de provar a ausência de dolo e culpa dos agentes policiais que lançaram os artefatos.
- d) Por se tratar de tumulto provocado pelos manifestantes, o evento é classificado como fortuito externo, o que exime o Estado de qualquer dever de indenização, recaindo a responsabilidade integral sobre os organizadores do protesto.
- e) O repórter fará jus à indenização por danos materiais e morais, mas o valor deverá ser mitigado em razão da concorrência de culpas entre o profissional de imprensa e a atuação imprudente das forças de segurança.

18. João, cidadão atuante na fiscalização dos serviços estaduais, e Maria, servidora pública estadual, vivenciaram situações que exigiram formalizações perante a Administração. João deseja registrar uma reclamação por conduta que julgou incompatível por parte de um agente no atendimento ao público. Maria, por sua vez, teve um benefício funcional negado por sua chefia imediata e pretende contestar a decisão. Considerando a situação hipotética e os preceitos da Lei nº 10.261/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo) aplicáveis ao direito de petição, assinale a alternativa correta:

- a) O direito de petição contra ilegalidade ou abuso de poder e para defesa de direitos é assegurado a qualquer pessoa, física ou jurídica, independentemente de pagamento.
- b) A Administração poderá recusar-se a protocolar a petição formulada por João caso verifique, de plano, a ausência de provas materiais da conduta incompatível alegada.
- c) Aos servidores públicos, como Maria, é assegurado o direito de requerer, representar, pedir reconsideração e recorrer de decisões, direitos estes que devem ser exercidos no prazo estrito de 15 dias.
- d) O exercício do direito de petição por parte de João, por envolver reclamação sobre conduta no serviço público, sujeita-se ao recolhimento prévio de taxas administrativas destinadas ao custeio do protocolo.
- e) Caso Maria opte por apresentar um pedido de reconsideração, tal instrumento objetivará que uma autoridade hierarquicamente superior reaprecie a decisão proferida por seu subordinado.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

19. O Governador de determinado Estado encaminhou à Assembleia Legislativa projeto de lei orçamentária anual contendo, além da previsão de receitas e da fixação de despesas, autorizações para:

- I. Abertura de créditos suplementares, respeitado o limite estabelecido na própria lei.
- II. Abertura de créditos especiais destinados a despesas sem dotação orçamentária específica.
- III. Contratação de operações de crédito por antecipação de receita, observados os requisitos legais.

Considerando o princípio da exclusividade orçamentária, podem integrar a lei orçamentária anual as autorizações indicadas em:

- a) I, II e III, pois todas as autorizações se relacionam à execução financeira do exercício.
- b) I e II, apenas, porque a autorização para créditos adicionais integra o conteúdo próprio da lei orçamentária, independentemente da espécie do crédito.
- c) I e III, apenas, pois a Constituição admite a inclusão dessas duas autorizações como exceções ao princípio da exclusividade.
- d) II e III, apenas, porque a abertura de créditos suplementares depende de autorização em lei autônoma, aprovada após o orçamento.
- e) I, apenas, já que a contratação de operações de crédito por antecipação de receita exige autorização em lei distinta.

20. Helena, Governadora do Estado Alfa, apresentou suas contas anuais de governo. Rafael, presidente de uma autarquia estadual, prestou contas de sua gestão. Lívia, dirigente de uma associação privada, apresentou contas dos recursos estaduais que administrou em decorrência de convênio celebrado com o Estado.

Nessas situações, conforme a CF/1988, compete ao Tribunal de Contas do Estado Alfa

- a) apreciar as contas de Helena mediante parecer prévio e julgar as contas de Rafael e de Lívia, nas situações apresentadas.
- b) julgar as contas de Helena e de Rafael e emitir parecer prévio sobre as contas de Lívia.
- c) julgar as contas dos três responsáveis, cabendo à Assembleia Legislativa, como titular do controle externo, apreciar os recursos contra suas decisões.
- d) emitir parecer prévio sobre as três prestações de contas, cabendo à Assembleia Legislativa julgá-las definitivamente.
- e) julgar apenas as contas de Rafael, pois a aplicação de recursos por entidade privada afasta a competência do controle externo estadual.

21. Acerca do controle de constitucionalidade no ordenamento brasileiro, é correto afirmar que

- a) a ação declaratória de constitucionalidade perante o STF pode ter por objeto lei ou ato normativo federal ou estadual, exige controvérsia judicial relevante e produz, no julgamento definitivo de mérito, eficácia contra todos e efeito vinculante para os demais órgãos do Poder Judiciário e para a Administração Pública direta e indireta.
- b) a ação direta de inconstitucionalidade perante o STF admite leis municipais como objeto quando a ofensa à CF/1988 for direta, sendo dispensável demonstrar controvérsia judicial relevante e vedada a desistência após o ajuizamento.
- c) a cláusula de reserva de plenário impede que juízes de primeiro grau reconheçam incidentalmente a inconstitucionalidade de leis, pois essa competência depende de deliberação da maioria absoluta dos membros do tribunal ou de seu órgão especial.
- d) a declaração de inconstitucionalidade em ação direta exige a presença de, no mínimo, oito ministros, sendo suficiente o voto da maioria dos presentes, e a modulação de efeitos depende da aprovação de dois terços dos membros do STF.
- e) a arguição de descumprimento de preceito fundamental admite o questionamento de lei municipal anterior à CF/1988, desde que haja lesão a preceito fundamental e inexistência de outro meio eficaz de saná-la, podendo ser proposta pelos mesmos legitimados à ação direta de inconstitucionalidade.

22. Ana requereu à administração fazendária estadual acesso aos registros informatizados dos pagamentos de tributos que ela própria realizou, mas recebeu negativa expressa. Bruno teve ilegalmente recusada a expedição de certidão de tempo de serviço necessária à defesa de direito pessoal, estando a recusa comprovada documentalmente. Carla, eleitora no pleno exercício dos direitos políticos, pretende anular contrato administrativo lesivo ao patrimônio público.

Os instrumentos adequados às pretensões de Ana, Bruno e Carla são, respectivamente

- a) habeas data, habeas data e ação popular.
- b) habeas data, mandado de segurança e ação popular.
- c) mandado de segurança, mandado de segurança e ação civil pública.
- d) mandado de injunção, habeas data e ação popular.
- e) mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data.

23. Considerando a disciplina constitucional do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), introduzida pela EC nº 132/2023, é correto afirmar que

- a) a competência tributária pertence exclusivamente aos Estados e ao Distrito Federal, cabendo aos Municípios participar da arrecadação e da administração do imposto por meio de representantes no Comitê Gestor.
- b) a instituição depende de lei complementar nacional, mas cada Estado e Município poderá definir seus próprios fatos geradores e bases de cálculo, respeitados os limites gerais estabelecidos pela Constituição.
- c) a legislação será única e uniforme em todo o território nacional, cabendo ao Senado Federal fixar, por resolução, as alíquotas obrigatórias para todos os entes federativos, vedada a adoção de alíquotas próprias pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.
- d) a competência será compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, com legislação única e uniforme em todo o território nacional, cabendo a cada ente fixar sua alíquota própria por lei específica.
- e) a arrecadação e a distribuição do produto arrecadado serão realizadas de forma integrada pelo Comitê Gestor, enquanto o julgamento do contencioso administrativo ficará reservado aos órgãos próprios de cada ente.

24. Beatriz, Carlos e Daniel ocupam cargos efetivos na administração direta estadual. Beatriz assumiu mandato de prefeita; Carlos, de vereador; e Daniel, de deputado estadual. Há compatibilidade entre os horários das atividades de Carlos no cargo efetivo e na Câmara Municipal.

De acordo com a CF/1988, deverão afastar-se de seus cargos efetivos

- a) os três servidores, sendo facultado a todos optar pela remuneração do cargo efetivo ou do mandato.
- b) Beatriz e Daniel, apenas, sendo assegurada a Beatriz a opção pela remuneração do cargo efetivo.
- c) Carlos e Daniel, apenas, com percepção obrigatória da remuneração do mandato e perda das vantagens do cargo efetivo.
- d) Daniel, apenas, pois os mandatos municipais permitem a continuidade no cargo efetivo, independentemente de compatibilidade de horários.
- e) Beatriz, apenas, porque o afastamento depende do exercício de mandato no Poder Executivo.

25. No exercício do poder constituinte derivado reformador, a CF/1988

- a) impede que a matéria de proposta de emenda rejeitada ou considerada prejudicada seja reapresentada na mesma sessão legislativa e atribui a promulgação das emendas às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sem sanção presidencial.
- b) autoriza a iniciativa por mais da metade das Assembleias Legislativas, exigindo que cada uma se manifeste por maioria absoluta, e determina a aprovação da proposta, em dois turnos em cada Casa do Congresso, por três quintos dos respectivos membros.
- c) exige a aprovação da proposta em dois turnos em cada Casa do Congresso, por três quintos dos parlamentares presentes, e permite sua apresentação por, no mínimo, um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

d) veda emendas durante intervenção federal, estado de defesa, estado de sítio ou calamidade pública, tratando essas hipóteses como limitações circunstanciais que impedem a alteração do texto constitucional enquanto perdurarem.

e) impede qualquer alteração da redação dos dispositivos relativos à forma federativa de Estado, à separação dos Poderes e aos direitos e garantias individuais, ainda que a proposta preserve seu conteúdo essencial e seja aprovada pelo procedimento previsto para as emendas.

26. Durante a apreciação do projeto de lei orçamentária anual da União, três parlamentares apresentaram emendas compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. Laura propôs ampliar investimentos mediante anulação de dotações para pessoal e encargos. Marcos destinou recursos à compra de equipamentos mediante anulação de despesa discricionária com publicidade institucional. Nina propôs apenas corrigir erro material em dispositivo do texto do projeto, sem alterar receitas ou despesas.

Considerando os aspectos descritos e atendidos os demais requisitos constitucionais, podem ser aprovadas as emendas de

- a) Laura e Marcos, apenas, pois a indicação de recursos por anulação de despesa é suficiente para validar ambas.
- b) Laura e Nina, apenas, porque a despesa com pessoal admite cancelamento e a correção de erro material dispensa compensação.
- c) Marcos e Nina, apenas, pois a proposta de Laura indica dotação cuja anulação é vedada para essa finalidade.
- d) Marcos, apenas, porque toda emenda ao projeto orçamentário exige indicação de recursos provenientes de anulação de despesas.
- e) as três, pois a compatibilidade com o PPA e a LDO permite a aprovação das alterações propostas.

27. A respeito da atuação do Estado na ordem econômica, a CF/1988 estabelece que

- a) a exploração direta de atividade econômica pelo Estado depende, cumulativamente, de imperativos de segurança nacional e de relevante interesse coletivo definidos em lei, ressalvadas as exceções constitucionais.
- b) as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias que explorem atividade econômica submetem-se ao regime das empresas privadas quanto às obrigações civis e comerciais, mas conservam regime de direito público quanto às obrigações trabalhistas e tributárias.
- c) a atuação estatal como agente normativo e regulador abrange fiscalização e incentivo, enquanto o planejamento possui caráter determinante tanto para o setor público quanto para o setor privado, nos termos das diretrizes fixadas em lei.
- d) a prestação de serviços públicos incumbe ao Poder Público, diretamente ou por concessão ou permissão, exigindo-se licitação para a concessão, mas admitindo-se que a permissão seja outorgada independentemente de procedimento licitatório.
- e) o Estado exerce funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este vinculante para o setor público e orientador para o setor privado, e a lei deve reprimir o abuso do poder econômico destinado a eliminar a concorrência.

28. Na ausência de normas gerais federais sobre determinado aspecto da proteção e integração social das pessoas com deficiência, o Estado Alfa editou lei para atender às suas peculiaridades. Posteriormente, a União estabeleceu normas gerais válidas sobre o mesmo assunto, incompatíveis com parte da disciplina estadual.

Nessas circunstâncias, conforme a CF/1988

- a) a lei estadual é inconstitucional desde a origem, pois somente a União pode editar normas gerais sobre a matéria, mesmo diante de sua omissão.
- b) a lei federal revogou integralmente a lei estadual, ainda que alguns dispositivos desta sejam compatíveis com as normas gerais supervenientes.
- c) a lei estadual permanece integralmente eficaz, pois a competência legislativa plena impede a posterior edição de normas gerais pela União.
- d) a lei estadual foi validamente editada e teve sua eficácia suspensa apenas nos pontos incompatíveis com as normas gerais federais.
- e) a lei estadual foi revogada apenas nos dispositivos incompatíveis, preservando-se a vigência dos demais.

ECONOMIA*Celso Natale*

29. Considere as seguintes afirmações a respeito das falhas de mercado:

- I. Bens públicos puros são não rivais e não excludentes; a não exclusão dá origem ao comportamento do carona, que leva o mercado a ofertá-los em quantidade inferior à eficiente, e a não rivalidade implica custo marginal nulo de atender um consumidor adicional.
- II. Na presença de externalidade negativa na produção, o custo marginal social supera o custo marginal privado e o equilíbrio de mercado apresenta quantidade superior à socialmente ótima; um imposto pigouviano igual ao custo marginal externo, avaliado no nível eficiente de produção, corrige a distorção.
- III. Pelo teorema de Coase, se os direitos de propriedade estiverem bem definidos e os custos de transação forem nulos, as partes negociam até a alocação eficiente, independentemente de a quem o direito tenha sido inicialmente atribuído.
- IV. Bens meritórios, como saúde e educação, são bens públicos puros, pois não é possível excluir indivíduos de seu consumo, razão pela qual só podem ser ofertados pelo Estado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e III.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) II, III e IV.
- e) I e II.

30. Em um mercado competitivo, a demanda e a oferta de um bem são dadas por $QD = 200 - 2P$ e $QS = 2P$, em que P é o preço em reais e Q a quantidade. O governo institui um imposto específico de R\$ 10,00 por unidade, recolhido pelos vendedores. Nessa situação, a parcela do imposto suportada pelos consumidores, por unidade, a arrecadação do governo e o peso morto (excesso de gravame) do tributo são, respectivamente,

- a) R\$ 10,00; R\$ 900,00 e R\$ 50,00.
- b) R\$ 5,00; R\$ 1.000,00 e R\$ 100,00.
- c) R\$ 10,00; R\$ 1.000,00 e R\$ 50,00.
- d) R\$ 5,00; R\$ 900,00 e R\$ 50,00.
- e) R\$ 5,00; R\$ 900,00 e R\$ 100,00.

31. Considere o seguinte modelo keynesiano de determinação da renda para uma economia fechada com governo:

$$C = 100 + 0,8Y_d$$

$$T = 0,25Y$$

$$I = 200$$

$$G = 300$$

em que C é o consumo das famílias, Y_d a renda disponível ($Y - T$), T a arrecadação tributária, I o investimento, G os gastos do governo e Y a renda agregada. A renda de equilíbrio e o aumento da renda provocado por uma elevação de 40 nos gastos do governo são, respectivamente,

- a) 3.000 e 200.
- b) 1.500 e 100.
- c) 1.500 e 200.
- d) 1.000 e 100.
- e) 3.000 e 100.

32. Sobre os efeitos de inflação, juros, câmbio e crescimento econômico sobre a arrecadação, a despesa e a dívida pública, é correto afirmar:

- a) Uma elevação da taxa Selic, mantido o resultado primário, reduz o déficit nominal do setor público, pois aumenta o rendimento das disponibilidades financeiras do Tesouro Nacional.
- b) Uma depreciação cambial eleva o estoque da dívida líquida do setor público brasileiro, uma vez que o setor público é devedor líquido em moeda estrangeira.
- c) Receitas cuja elasticidade em relação ao PIB é superior à unidade crescem proporcionalmente mais do que a atividade econômica nas expansões e caem proporcionalmente mais nas recessões, o que reforça o papel do orçamento como estabilizador automático.
- d) A inflação eleva a arrecadação em termos reais, pois os tributos sobre o consumo incidem sobre preços mais altos, ao passo que as despesas públicas, fixadas em termos nominais no orçamento, não são afetadas.
- e) O crescimento real do PIB só reduz a razão dívida/PIB quando acompanhado de superávit nominal, pois o aumento do denominador é sempre compensado pelo aumento do numerador.

LÍNGUA PORTUGUESA

Fabrizio Dutra

A Fuga da autoridade

Eu estava falando em uma conferência em Nova Iorque durante o verão de 2016 quando descobri o termo “adulterar”. Tomava um drinque em um bar quando vi um jovem na casa dos 30 usando uma camiseta que dizia “Chega de *adulterar* por hoje”. Depois, entrevistei uma mulher cuja camiseta transmitia uma mensagem simples: “*Adulterar* é cruel!”.

Caso você não esteja familiarizado com a palavra, adaptada do inglês “adulterating”, *adulterar* é definido como “a prática de se comportar do modo característico de um adulto responsável, especialmente na realização de tarefas mundanas, mas necessárias”. A palavra é usada para transmitir uma conotação negativa em relação às responsabilidades associadas à vida adulta. E sugere que, dada a oportunidade, qualquer mulher ou homem sensato na casa dos 30 preferiria não *adulterar*, e evitar o papel de um adulto.

A tendência de retratar a vida adulta como uma conquista excepcionalmente difícil que precisa ser ensinada coexiste com uma sensação palpável de desencanto com o status de adulto. Em tudo além do nome a vida adulta se tornou desestabilizada, a ponto de ter se tornado alvo de escárnio e, para muitos, uma identidade indesejada. Não surpreende que *adulterar* seja uma atividade que muitos indivíduos biologicamente maduros só estejam preparados para desempenhar em tempo parcial.

O corolário da idealização do *adulteramento* em regime parcial é o desmantelamento da autoridade adulta. O impacto corrosivo da perda da autoridade adulta no desenvolvimento dos jovens foi uma grande preocupação para a filósofa política Hannah Arendt. Escrevendo nos anos 1950, Arendt chamou atenção para o “colapso gradual da única forma de autoridade” que existiu em “todas as sociedades conhecidas historicamente: a autoridade dos pais sobre filhos, dos professores sobre os alunos e, em geral, dos mais velhos sobre os mais novos”. Setenta anos depois, a desautorização da vida adulta se tornou amplamente celebrada na cultura popular ocidental. Em vez de se preocupar com as consequências da erosão da autoridade adulta, esse desenvolvimento é visto como positivo por partes da mídia, que acreditam que pessoas crescidas têm muito pouco a ensinar às crianças.

(Frank Furedi, revista oeste.com. 24.07.2020. Adaptado)

33. Depreende-se do texto que o emprego do termo “adulterar” evidencia

- a) a valorização das responsabilidades cotidianas como meio de alcançar uma identidade social desejável.
- b) o reconhecimento de que a autoridade adulta depende da superação de tarefas excepcionalmente complexas.
- c) uma resistência às responsabilidades da vida adulta, associada ao enfraquecimento da autoridade dos mais velhos.
- d) a disposição dos adultos para assumir integralmente suas funções, apesar do desencanto com a cultura popular.
- e) uma crítica à falta de preparo dos jovens, aos quais se atribui a perda da autoridade de pais e professores.

34. No desenvolvimento da argumentação, a referência a Hannah Arendt tem a função de

- a) comprovar que a filósofa já identificava no uso da palavra “adulterar” a principal causa do colapso da autoridade.
- b) contrapor uma preocupação anterior com a perda da autoridade adulta à celebração contemporânea desse processo.
- c) demonstrar que a autoridade dos mais velhos se manteve inalterada nas sociedades historicamente conhecidas.
- d) atribuir à filósofa a ideia de que as pessoas crescidas pouco têm a ensinar às crianças.
- e) relativizar a crítica do autor, mediante a apresentação de uma avaliação favorável à recusa das responsabilidades adultas.

35. No trecho “O corolário da idealização do adultamento em regime parcial é o desmantelamento da autoridade adulta”, a relação de sentido estabelecida permite reescrever a passagem, preservando-se o sentido e a correção, da seguinte forma:

- a) A idealização do adultamento em regime parcial decorre do desmantelamento da autoridade adulta.
- b) A idealização do adultamento em regime parcial constitui uma ressalva ao desmantelamento da autoridade adulta.
- c) O desmantelamento da autoridade adulta é uma condição para que se idealize o adultamento em regime parcial.
- d) O desmantelamento da autoridade adulta é uma consequência da idealização do adultamento em regime parcial.
- e) A idealização do adultamento em regime parcial ocorre apesar do desmantelamento da autoridade adulta.

36. No segmento “uma conquista excepcionalmente difícil que precisa **ser ensinada**”, identifica-se uma construção na voz passiva analítica. Essa voz verbal também ocorre em:

- a) Depois de tantas responsabilidades, o jovem parecia cansado da rotina adulta.
- b) Diante das críticas dos mais velhos, o rapaz permanecia calado durante a reunião.
- c) As responsabilidades da vida adulta devem ser assumidas pelos mais jovens.
- d) Muitos adultos se queixam das exigências impostas pela vida cotidiana.
- e) A cultura contemporânea tem apresentado a maturidade como uma condição indesejável.

37. No período “A palavra é usada **para** transmitir uma conotação negativa em relação às responsabilidades associadas à vida adulta”, a oração introduzida pela preposição destacada expressa ideia de

- a) causa.
- b) consequência.
- c) condição.
- d) finalidade.
- e) concessão.

38. As normas de concordância verbal e nominal estão plenamente observadas na frase:

- a) A recusa das responsabilidades e a desvalorização da maturidade contribui para o enfraquecimento da autoridade adulta.
- b) Devem haver, entre os mais jovens, diferentes percepções acerca das responsabilidades próprias da vida adulta.
- c) A valorização das experiências dos mais velhos pode tornar menos conflituosas as relações entre as gerações.
- d) São necessárias, para o exercício da autoridade, que os adultos assumam suas responsabilidades cotidianas.
- e) O desenvolvimento dos jovens e a transmissão de valores depende do diálogo entre as diferentes gerações.

39. O emprego do pronome relativo e a regência verbal estão em conformidade com a norma-padrão em:

- a) As responsabilidades de que muitos adultos procuram esquivar-se integram a vida em sociedade.
- b) A autoridade de que o autor se refere tem sido desvalorizada pela cultura contemporânea.
- c) Os valores dos quais os jovens devem refletir nem sempre são transmitidos pelos mais velhos.
- d) As experiências a que os adultos dispõem podem contribuir para a formação das novas gerações.
- e) Os princípios cujos os professores recorrem devem orientar sua relação com os alunos.

40. A colocação do pronome oblíquo está em conformidade com a norma-padrão em:

- a) Embora reconheça-se a importância da maturidade, muitos adultos resistem às responsabilidades que ela impõe.
- b) Os adultos não devem eximir-se das responsabilidades que lhes cabem na formação dos jovens.

c) A cultura contemporânea frequentemente apresenta-se como defensora da recusa das obrigações adultas.

d) Os jovens que mostram-se dispostos a ouvir os mais velhos podem ampliar sua compreensão do mundo.

e) Jamais deveria-se confundir o exercício da autoridade com a imposição arbitrária de vontades.

41. A correlação entre os tempos e os modos verbais está plenamente adequada na frase:

a) Se os adultos reconhecessem a importância de sua experiência, poderão contribuir mais efetivamente para a formação dos jovens.

b) Caso os mais velhos assumam suas responsabilidades, teriam oferecido referências mais consistentes às novas gerações.

c) Se a sociedade valorizasse o diálogo entre as gerações, os jovens dispusessem de melhores referências para enfrentar a vida adulta.

d) Se os adultos compreendessem o alcance de sua influência, exerceriam a autoridade com maior responsabilidade.

e) Quando os jovens reconhecerem o valor da experiência, poderiam distinguir com mais clareza autoridade de autoritarismo.

42. A frase em que o emprego da vírgula está **INCORRETO** é:

a) Ao tratar a maturidade como um fardo, a cultura contemporânea contribui para a desvalorização da experiência.

b) Os adultos que se recusam a assumir suas responsabilidades, enfraquecem as referências oferecidas aos jovens.

c) A autoridade adulta, quando exercida com responsabilidade, favorece o diálogo entre as gerações.

d) Muitos adultos desejam preservar a liberdade da juventude, mas precisam assumir os deveres próprios da maturidade.

e) A transmissão de experiências exige, além de disposição para ensinar, abertura para ouvir os mais jovens.

MATEMÁTICA FINANCEIRA*Eduardo Mocellin*

43. Um órgão estadual contratou um financiamento que será quitado em 60 prestações mensais e consecutivas, pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), à taxa de juros compostos de 2% ao mês, vencendo a primeira prestação um mês após a data da contratação. Sabe-se que o valor da primeira prestação é igual a R\$ 11.000,00.

O valor da 25ª prestação é igual a

- a) R\$ 7.400,00
- b) R\$ 8.500,00
- c) R\$ 8.600,00
- d) R\$ 8.700,00
- e) R\$ 18.920,00

44. Um capital foi aplicado, durante 9 meses, a uma taxa nominal de 24% ao ano, com capitalização trimestral, rendendo juros de R\$ 4.775,40. Ao final desse prazo, todo o montante foi reaplicado, durante 2 meses, a uma taxa de juros compostos de 2% ao mês.

O total de juros obtido nas duas aplicações, ao longo dos 11 meses, foi igual a

- a) R\$ 4.775,40
- b) R\$ 5.370,91
- c) R\$ 5.966,42
- d) R\$ 5.978,33
- e) R\$ 30.978,33

45. Um título foi descontado 5 meses antes de seu vencimento, segundo uma operação de desconto racional simples, a uma taxa de 5% ao mês, gerando um desconto de R\$ 3.600,00. Considere a taxa mensal de desconto que, numa operação de desconto comercial simples com o mesmo prazo, resultaria no mesmo valor atual.

Essa taxa mensal de desconto comercial simples e o valor nominal do título são, respectivamente,

- a) 4,00% e R\$ 18.000,00
- b) 4,00% e R\$ 14.400,00
- c) 5,00% e R\$ 18.000,00
- d) 6,25% e R\$ 14.400,00
- e) 6,25% e R\$ 18.000,00

ESTATÍSTICA*Carlos Henrique*

46. Uma unidade da Administração Pública registrou o número de dias necessários para concluir seis processos administrativos de mesma natureza, obtendo os seguintes resultados:

2, 2, 2, 6, 6, 6, 10 e 10 dias.

Para analisar a dispersão dos tempos, um servidor calculou a média aritmética, a variância populacional e o coeficiente de variação, definido como a razão entre o desvio padrão populacional e a média aritmética, multiplicada por 100.

Os valores obtidos para a média, a variância populacional e o coeficiente de variação são, respectivamente,

Dado: $\sqrt{39} \approx 6,25$

- a) 5,5 dias; 9,75 dias²; aproximadamente 56,8%.
- b) 5,5 dias; 10,75 dias²; aproximadamente 59,6%.
- c) 5 dias; 10 dias²; aproximadamente 63,2%.
- d) 5,5 dias; 9,75 dias²; aproximadamente 54,5%.
- e) 5,5 dias; 8 dias²; aproximadamente 51,4%.

47. Em determinado órgão público, 25% dos relatórios submetidos a um sistema automatizado apresentam inconsistências. O sistema identifica corretamente 80% dos relatórios inconsistentes.

Cinco relatórios são selecionados independentemente, sob as mesmas condições probabilísticas. A probabilidade de um relatório apresentar inconsistência e ser corretamente sinalizado é igual a 20%.

A probabilidade de que, entre os cinco relatórios selecionados, exatamente dois apresentem inconsistências e sejam corretamente sinalizados é igual a

- a) 10,24%.
- b) 16,00%.
- c) 20,48%.
- d) 25,60%
- e) 40,96%

48. Uma secretaria estadual pretende estimar o tempo de processamento de solicitações administrativas em função da quantidade de documentos analisados. Em uma amostra de quatro unidades, foram obtidos os seguintes dados:

Unidade	Quantidade de documentos (x)	Tempo de processamento (y , em minutos)
1	1	3
2	2	5
3	3	5
4	4	7

Foi ajustado um modelo de regressão linear simples, com intercepto, pelo método dos mínimos quadrados:

$$\hat{y} = a + bx$$

O coeficiente angular é calculado por:

$$b = \frac{\sum(x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sum(x_i - \bar{x})^2}$$

O coeficiente de determinação é dado por $R^2 = r^2$, em que r é o coeficiente de correlação linear de Pearson.

Os valores do coeficiente angular b , do intercepto a e do coeficiente de determinação R^2 são, respectivamente,

- a) 1,2; 2; 80%
- b) 1,2; 2; 90%
- c) 1; 2,5; 80%
- d) 1,2; 1,5; 90%
- e) 1; 2; 75%

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E
ORÇAMENTÁRIA***Luciana Marinho*

Acerca do assunto Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, julgue o item que se segue.

49. Em audiência pública promovida pela Secretaria de Planejamento de determinado Estado, discutiu-se o papel de cada uma das leis que compõem o sistema orçamentário previsto no art. 165 da Constituição Federal, aplicável aos Estados em razão do princípio da simetria. Foram feitas as seguintes afirmações:

- I. O plano plurianual estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- II. A lei de diretrizes orçamentárias compreende as metas e prioridades da administração pública, estabelece as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orienta a elaboração da lei orçamentária anual e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.
- III. A lei orçamentária anual compreende o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas em que o ente detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, não podendo conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvada, entre outras, a autorização para abertura de créditos suplementares.
- IV. Os planos e programas setoriais e regionais previstos na Constituição são elaborados em consonância com a lei de diretrizes orçamentárias, que ocupa o topo da hierarquia do sistema orçamentário.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

Acerca do assunto Créditos adicionais, julgue o item que se segue.

50. Ao longo do exercício financeiro, a Secretaria da Fazenda de determinado Estado verificou que a dotação de um programa em execução se tornou insuficiente e que seria necessário iniciar uma ação nova, para a qual a lei orçamentária anual não consignou nenhuma dotação específica. Para custear essas despesas, a Secretaria identificou os seguintes recursos: superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior; excesso de arrecadação do ICMS, considerada a tendência do exercício; e anulação parcial de dotações de outro programa. A LOA contém autorização ao Poder Executivo para abrir créditos suplementares até determinado limite.

À luz da Lei nº 4.320/1964 e da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A ação nova, por não ter dotação específica, deve ser atendida por crédito suplementar, bastando a autorização genérica da LOA, o que dispensa lei específica.
- b) O excesso de arrecadação corresponde ao saldo positivo entre a arrecadação realizada e a prevista no último mês do período, desconsiderada a tendência do exercício.
- c) Os três recursos são admitidos como fonte para créditos suplementares e especiais, desde que não comprometidos; a dotação insuficiente é reforçada por crédito suplementar e a ação nova, sem dotação específica, demanda crédito especial, ambos condicionados a prévia autorização legislativa e a exposição justificativa.
- d) A anulação de dotações orçamentárias dispensa autorização legislativa, por se tratar de remanejamento interno de recursos, matéria de competência do Poder Executivo.
- e) O superávit financeiro que pode lastrear créditos adicionais é o apurado no exercício em curso, com base no balanço do último trimestre.

Acerca do assunto Estágios da despesa pública: empenho, liquidação e pagamento, julgue o item que se segue.

51. A Secretaria de Administração de determinado Estado celebrou contrato de prestação de serviços de limpeza, com vigência de doze meses e pagamentos mensais de valor fixo. Contratou também o fornecimento de energia elétrica para as repartições, cujo valor mensal não pode ser previamente determinado, pois depende do consumo, e adquiriu, em compra imediata, material de expediente, a ser entregue em remessa única.

À luz da Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa que indica, respectivamente, as modalidades de empenho dessas três despesas e a regra aplicável ao pagamento.

- a) Por estimativa, global e ordinário; a liquidação é dispensável nas despesas contratuais, bastando o empenho.
- b) Global, por estimativa e ordinário; o pagamento somente pode ser efetuado após a regular liquidação, que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor com base nos títulos e documentos comprobatórios do crédito.
- c) Ordinário, global e por estimativa; a liquidação consiste na emissão da nota de empenho.
- d) Global, ordinário e por estimativa; a liquidação ocorre após o pagamento, para fins de regularização contábil.
- e) Por estimativa, ordinário e global; a ordem de pagamento deve preceder a liquidação.

Acerca do assunto Restos a Pagar, julgue o item que se segue.

52. Em 31 de dezembro, o Estado Z apresentava as seguintes despesas empenhadas no exercício, mas ainda não pagas: (I) serviços de consultoria integralmente prestados, atestados e liquidados, que aguardavam apenas o pagamento; (II) obra rodoviária em andamento, cujo empenho não havia sido liquidado, pois a etapa correspondente ainda não fora concluída; e (III) fornecimento de medicamentos contratado e empenhado, cuja entrega só ocorreria no exercício seguinte.

Em relação a essas despesas, à luz da Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta.

- a) As três despesas pertencem ao exercício em que foram empenhadas e constituem restos a pagar: a primeira, processada, e as duas últimas, não processadas.
- b) Somente a despesa I constitui resto a pagar, pois apenas a despesa liquidada gera obrigação exigível; as demais devem ser canceladas em 31 de dezembro.
- c) As despesas II e III são restos a pagar processados, pois dependem de ato posterior do credor, e a I é resto a pagar não processado, por já estar liquidada.
- d) As três despesas pertencem ao exercício seguinte, em razão do regime de competência, que a Lei nº 4.320/1964 adota para a despesa pública.
- e) Os restos a pagar inscritos serão pagos à conta das dotações orçamentárias do exercício seguinte, razão pela qual reduzem os créditos disponíveis desse exercício.

Acerca do assunto Classificação da despesa orçamentária por categoria econômica, julgue o item que se segue.

53. Ao classificar, por categoria econômica, as despesas realizadas por determinado Estado, a Secretaria da Fazenda considerou os seguintes pagamentos:

- I. aquisição de veículos para a frota da Secretaria de Segurança Pública;
- II. pagamento de juros e encargos da dívida contratual;
- III. amortização do principal da dívida contratual;
- IV. aquisição de combustível e de material de expediente para as repartições;
- V. aquisição de ações de empresa já constituída, sem que a operação importe aumento de capital;
- VI. transferência de recursos a município, por convênio, destinada à execução de obra de saneamento.

Nos termos da Lei nº 4.320/1964, são classificadas como despesas de capital APENAS as indicadas em:

- a) I, III e V.
- b) II, III e VI.
- c) I, II, IV e VI.
- d) I, III e VI.
- e) I, III, V e VI.

Acerca do assunto Programação financeira e limitação de empenho (LRF), julgue o item que se segue.

54. Ao final do segundo bimestre, o Poder Executivo de determinado Estado constatou que a realização da receita não comportaria o cumprimento da meta de resultado primário fixada no Anexo de Metas Fiscais da lei de diretrizes orçamentárias. Diante disso, os Poderes e o Ministério Público promoveram a limitação de empenho e de movimentação financeira. Posteriormente, a receita prevista foi parcialmente restabelecida.

À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta.

- a) A limitação deve ser imposta pelo Poder Executivo aos demais Poderes e ao Ministério Público, por decreto único, que fixará livremente os valores a serem contingenciados.
- b) Podem ser objeto de limitação as despesas com o serviço da dívida e as obrigações constitucionais e legais do ente, por serem as de maior vulto.
- c) A limitação deve ser promovida por ato próprio de cada Poder e do Ministério Público, nos trinta dias subsequentes ao bimestre, segundo os critérios da LDO; não alcança as obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive o serviço da dívida; e, restabelecida a receita, ainda que parcialmente, a recomposição das dotações se dá de forma proporcional às reduções efetivadas.
- d) Com o restabelecimento parcial da receita, a recomposição das dotações limitadas deve priorizar os investimentos, a critério do Poder Executivo, sem necessidade de proporcionalidade.
- e) A limitação de empenho só é cabível quando a receita não comportar o cumprimento da meta de resultado nominal, sendo irrelevante a meta de resultado primário.

Acerca do assunto Classificação programática da despesa, julgue o item que se segue.

55. Ao revisar a estrutura programática da lei orçamentária anual, a Secretaria de Planejamento de determinado Estado classificou as seguintes ações orçamentárias, segundo os conceitos da Portaria MOG nº 42/1999:

- I. manutenção dos serviços administrativos da Secretaria de Saúde, de caráter contínuo e permanente;
- II. construção de hospital regional, com início e fim definidos, da qual resulta produto que amplia a ação de governo;
- III. pagamento do serviço da dívida pública, que não gera produto nem contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
- IV. ampliação e modernização do centro de processamento de dados do Estado, com prazo determinado.

As ações I, II, III e IV classificam-se, respectivamente, como:

- a) projeto, atividade, atividade e projeto.
- b) atividade, projeto, operação especial e projeto.
- c) atividade, atividade, operação especial e projeto.
- d) atividade, projeto, projeto e operação especial.
- e) operação especial, projeto, atividade e atividade.

Acerca do assunto Regime de adiantamento e disponibilidades de caixa, julgue o item que se segue.

56. Determinada Secretaria de Estado precisou realizar despesas urgentes e de pequeno vulto, que não puderam subordinar-se ao processo normal de aplicação. Para isso, entregou numerário a servidor, mediante empenho prévio na dotação própria. Em paralelo, a Secretaria da Fazenda discutiu em que instituições devem ser depositadas as disponibilidades de caixa do Estado, de suas autarquias e das empresas por ele controladas.

Acerca do regime de adiantamento (suprimento de fundos) e das disponibilidades de caixa, assinale a alternativa correta.

- a) O regime de adiantamento dispensa o empenho prévio, em razão da urgência, devendo o empenho ser regularizado por ocasião da prestação de contas do servidor.
- b) As disponibilidades de caixa dos Estados e das empresas por eles controladas devem ser depositadas obrigatoriamente no Banco Central do Brasil.
- c) Os Estados podem depositar livremente suas disponibilidades de caixa em instituições financeiras privadas, a critério do Secretário da Fazenda, sem necessidade de previsão legal.
- d) O regime de adiantamento aplica-se a despesas expressamente definidas em lei, é sempre precedido de empenho na dotação própria e não se fará a servidor em alcance nem a responsável por dois adiantamentos; as disponibilidades de caixa do Estado e das entidades por ele controladas serão depositadas em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.
- e) O regime de adiantamento pode ser utilizado livremente para qualquer despesa que o gestor considere urgente, e o numerário pode ser entregue a servidor que já responda por dois adiantamentos.

CONTABILIDADE GERAL*Silvio Sande*

57. A Cia. Taubaté está respondendo a processos em diversas áreas. Em 31/12/20123, apresentava as seguintes informações sobre seus processos, com valores em reais:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Trabalhista I	500.000	Provável
Fiscal I	400.000	Provável
Cível	200.000	Possível

Para o fechamento do Balanço Patrimonial em 31/12/2024, a Cia. reavaliou os processos nos quais estava envolvida e# obteve as seguintes informações, com valores em reais:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Trabalhista I	600.000	Provável
Fiscal I	200.000	Provável
Fiscal II	300.000	Possível
Cível	420.000	Provável
Ambiental	150.000	Remota

O valor evidenciado no balanço patrimonial da empresa enrolada correspondentes às provisões, foi, em reais,

- a) 600.000,00.
- b) 720.000,00.
- c) 800.000,00.
- d) 1.100.000,00.
- e) 1.220.000,00.

58. As características das aplicações financeiras realizadas por uma empresa no dia 01/12/2024 são apresentadas na tabela a seguir:

Valor Aplicado (R\$)	Data de vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/12/2020 (R\$)
2.000.000,00	31/05/2024	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2%a.m.	2.300.000,00
4.000.000,00	30/06/2023	Mensuração ao custo amortizado	4%a.m.	4.100.000,00
4.000.000,00	31/10/2022	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	3%a.m.	4.200.000,00

O valor que será reconhecido no balanço patrimonial em 31/12/2024 referente às três aplicações, foi em reais,

- a) 10.000.000,00.
- b) 10.400.000,00
- c) 10.660.000,00
- d) 10.760.000,00.
- e) 10.840.000,00.

59. A empresa São Bernardo S.A. adquiriu, em 31/01/2015, um lote de produtos para serem comercializados no valor de R\$ 255.000,00, a prazo. Em função de sua situação financeira, a empresa negociou com seu fornecedor para que pudesse pagar estes produtos em 15/05/2016. Sabe-se que, se a empresa São Bernardo S.A. tivesse adquirido estes produtos à vista, teria pago R\$190.000,00. Em 03/02/2015, a empresa vendeu 60% deste lote de produtos por R\$222.000,00, para serem recebidos integralmente em 15/06/2016. Sabe-se que, se a venda tivesse sido à vista, a empresa São Bernardo S.A. teria recebido R\$188.500,00. Com base nestas informações, é correto afirmar que a empresa São Bernardo S.A. reconheceu, em reais,

- a) Estoques no valor de 255.000,00, na data da aquisição.
- b) Receita de Vendas no valor de 222.000,00, na data da venda.
- c) Receita de Vendas no valor de 188.500,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 114.000,00, na data da venda.
- d) Receita de Vendas no valor de 188.500,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 153.000,00, na data da venda.
- e) Receita de Vendas no valor de 222.000,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 114.000,00, na data da venda.

60. A Cia. BONSUCESSO reconheceu, durante o ano de 2025, vendas brutas no valor total de R\$ 5.000.000,00. As seguintes informações adicionais são conhecidas sobre fatos ocorridos no mesmo ano:

- Devoluções de vendas.....R\$ 850.000,00
- Abatimentos sobre vendas.....R\$ 320.000,00
- Comissões sobre as vendas realizadas.....R\$ 500.000,00
- Frete para entrega das vendas realizadas.....R\$ 50.000,00
- Impostos sobre vendas.....R\$ 1000.000,00
- Estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosaR\$ 180.000,00
- Recuperação de créditos com clientes.....R\$ 30.000,00

Sabendo que o custo das mercadorias vendidas foi R\$ 1.800.000,00, a Receita Líquida de vendas e o Lucro Bruto (Resultado com Mercadorias) apurados pela Cia. BONSUCESSO, no ano de 2025, foram, respectivamente, em reais,

- a) 2.720.000,00 e 960.000,00.
- b) 2.830.000,00 e 1.030.000,00.
- c) 2.720.000,00 e 1.320.000,00.
- d) 2.830.000,00 e 1.260.000,00.
- e) 2.830.000,00 e 1.110.000,00.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

61. Considere a classificação por fonte ou destinação de recursos padronizada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 20/2021 e, para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, pela Portaria STN nº 710/2021. De acordo com essas normas, tem-se que

- a) a codificação da fonte ou destinação de recursos é composta de 4 dígitos, em que o primeiro identifica a categoria econômica da receita que deu origem ao recurso.
- b) o intervalo de 000 a 499 é reservado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com tabela definida pela STN, e o de 500 a 999, à União, com tabela definida pela SOF.
- c) a fonte ou destinação de recursos é o agrupamento de receitas que possuem as mesmas normas de aplicação na despesa, com codificação de 3 dígitos,

e o intervalo de 500 a 999 é reservado aos entes subnacionais.

- d) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem incluir novos códigos no Anexo I da Portaria STN nº 710/2021 por ato próprio, dispensada a manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional.
- e) no envio das informações pela Matriz de Saldos Contábeis, o primeiro dígito do código identifica o exercício do recurso, sendo 1 para recursos de exercícios anteriores e 2 para recursos do exercício corrente.

62. A Secretaria da Fazenda do Estado fictício de Vega apresentou as seguintes informações referentes ao exercício financeiro de 2025:

Receita orçamentária realizada	R\$ 9.900.000,00
Despesa orçamentária empenhada	R\$ 10.000.000,00
Despesa orçamentária liquidada	R\$ 9.500.000,00
Despesa orçamentária paga	R\$ 9.200.000,00
Transferências financeiras recebidas	R\$ 700.000,00
Transferências financeiras concedidas	R\$ 500.000,00
Cauções recebidas em dinheiro	R\$ 150.000,00
Devolução de cauções	R\$ 50.000,00
Pagamento de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores	R\$ 400.000,00
Aplicação em investimentos de curto prazo sujeitos a variações significativas de valor	R\$ 300.000,00
Saldo do exercício anterior	R\$ 1.200.000,00

Sabendo-se que todas as despesas empenhadas e não pagas até 31/12/2025 foram inscritas em restos a pagar, o Saldo para o Exercício Seguinte evidenciado no Balanço Financeiro de 2025, elaborado de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 11ª edição), foi, em reais, de

- a) 1.900.000,00.
- b) 700.000,00.
- c) 1.800.000,00.
- d) 1.500.000,00.
- e) 1.000.000,00.

63. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 11ª edição), em relação aos procedimentos contábeis aplicados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), no que se refere aos déficits previdenciários e à segregação da massa, tem-se que

- a) os déficits atuariais correspondem a insuficiências financeiras presentes para o pagamento dos benefícios previdenciários de cada mês, enquanto os déficits financeiros consideram os fluxos de exercícios futuros, analisados a valor presente.
- b) o Fundo em Repartição é padrão e obrigatório para todos os entes, ao passo que o Fundo em Capitalização somente existirá no caso de o ente optar pela segregação da massa de segurados.
- c) os aportes mensais com valores preestabelecidos, destinados à cobertura do déficit atuarial, são repassados pelo ente ao RPPS como transferência financeira, sem execução orçamentária.
- d) a segregação da massa será considerada implementada a partir da aprovação da avaliação atuarial pelo conselho do RPPS, dispensada a separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos.
- e) a transferência de recursos do ente ao RPPS para a cobertura de déficit financeiro não gera execução orçamentária no ente, uma vez que o próprio RPPS, integrante do OFSS do ente, já registra a despesa com os benefícios.

64. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 11ª edição), Parte II, Procedimentos Contábeis Patrimoniais, em relação ao reconhecimento e à mensuração do ativo imobilizado, tem-se que

- a) no caso de transferência de ativos, o valor a atribuir deve ser o valor contábil líquido constante dos registros da entidade de origem, e eventual divergência com o critério fixado no instrumento de autorização deve ser evidenciada em notas explicativas.
- b) os ativos imobilizados obtidos a título gratuito devem ser registrados pelo valor contábil líquido constante dos registros do doador, vedada a utilização de avaliação obtida com base em procedimentos técnicos.
- c) os custos da manutenção periódica do item, como mão de obra e produtos consumíveis, devem ser reconhecidos no valor contábil do ativo imobilizado, desde que possam ser mensurados com segurança.
- d) os ativos de infraestrutura, quando não houver evidência disponível para determinar o seu valor de mercado, devem ser mensurados pelo custo histórico atualizado monetariamente, vedada a estimativa do valor justo.
- e) o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos bens do patrimônio cultural são obrigatórios, ainda que tais bens não gerem benefícios econômicos nem potencial de serviços além do seu valor cultural.

DIREITO FINANCEIRO*Luciana Marinho*

Acerca do assunto Competência legislativa em matéria financeira e orçamentária, julgue o item que se segue.

65. A Assembleia Legislativa de determinado Estado analisa projeto de lei estadual que disciplina matérias de direito financeiro e de orçamento no âmbito da administração estadual. Parlamentares divergem sobre a competência do Estado para legislar sobre o tema, sobretudo diante da existência da Lei nº 4.320/1964 e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com base na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A matéria é de competência privativa da União, razão pela qual os Estados não podem legislar sobre direito financeiro e orçamento, ainda que mediante delegação.
- b) A competência é concorrente, mas a superveniência de norma geral federal revoga definitivamente a lei estadual, ainda que esta não lhe seja contrária.
- c) A competência é exclusiva dos Estados, pois o orçamento estadual é expressão da autonomia financeira do ente, sendo vedada a edição de normas gerais pela União.
- d) A competência é concorrente entre União, Estados e Municípios, cabendo aos Municípios a edição de normas gerais, que os Estados deverão observar.
- e) A competência é concorrente entre União, Estados e Distrito Federal: à União cabe estabelecer normas gerais e aos Estados, suplementá-las; inexistindo lei federal de normas gerais, os Estados exercem a competência legislativa plena, e a superveniência de lei federal suspende a eficácia da lei estadual no que lhe for contrário.

Acerca do assunto Repartição de receitas tributárias, julgue o item que se segue.

66. O Município Y, situado no Estado X, questionou a Secretaria da Fazenda estadual sobre os critérios de repartição de receitas tributárias. O Estado X arrecadou ICMS e IPVA, pagou rendimentos a seus servidores com retenção do imposto de renda na fonte e recebeu recursos de fundos de participação da União.

Segundo a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) O Estado pode reter ou restringir livremente a entrega ao Município da parcela do ICMS que lhe cabe, sempre que entender conveniente, em razão da autonomia financeira estadual.
- b) Pertencem aos Municípios 100% do IPVA dos veículos licenciados em seu território e 50% do ICMS, por serem impostos arrecadados no âmbito local.
- c) Pertencem aos Municípios 50% do produto da arrecadação do IPVA dos veículos licenciados em seus territórios e 25% do produto da arrecadação do ICMS; o imposto de renda retido na fonte pelo Estado sobre rendimentos que ele paga pertence ao próprio Estado.
- d) O imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos pagos pelo Estado a seus servidores pertence à União, que o institui e o arrecada, cabendo aos Estados apenas parcela do fundo de participação.
- e) Os recursos recebidos pelo Estado a título de FPE pertencem integralmente a ele, sendo vedado o compartilhamento com os Municípios de qualquer parcela de transferências federais.

Acerca do assunto Despesa obrigatória de caráter continuado (LRF), julgue o item que se segue.

67. O Governador de determinado Estado encaminhou à Assembleia Legislativa projeto de lei que concede aumento real e permanente a determinada categoria de servidores, criando despesa corrente derivada de lei, cuja execução será obrigatória por período superior a dois exercícios. O projeto veio acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrará em vigor e nos dois seguintes e da declaração do ordenador da despesa quanto à adequação orçamentária e financeira. Nada constou, porém, sobre a origem dos recursos nem sobre a compensação dos efeitos financeiros da medida nos períodos seguintes.

À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta.

- a) A medida não configura despesa obrigatória de caráter continuado, pois essa categoria alcança apenas despesas de capital derivadas de lei com duração superior a um exercício.
- b) A medida configura despesa obrigatória de caráter continuado e deve demonstrar a origem dos recursos e comprovar que não afetará as metas de resultados fiscais, com seus efeitos compensados nos períodos seguintes por aumento permanente de receita ou redução permanente de despesa; sem isso, a despesa é considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público.
- c) A estimativa de impacto e a declaração do ordenador de despesa são suficientes, dispensando-se a comprovação de que a despesa não afetará as metas fiscais e a indicação de medidas de compensação.
- d) A compensação dos efeitos financeiros pode ser feita com receitas extraordinárias não recorrentes, como as decorrentes da alienação de patrimônio público, desde que obtidas no exercício.
- e) Por se tratar de despesa com pessoal, a exigência de demonstrar a origem dos recursos é afastada, aplicando-se exclusivamente os limites da despesa total com pessoal do art. 19.

Acerca do assunto Operações de crédito e antecipação de receita orçamentária (ARO), julgue o item que se segue.

68. No terceiro ano do mandato do Governador de determinado Estado, a Secretaria da Fazenda estuda duas medidas de financiamento: contratar operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO), para atender a insuficiência de caixa durante o exercício, e contratar operação de crédito de longo prazo, cujo produto seria utilizado para custear despesas correntes. Há controvérsia na equipe sobre as condições e as vedações aplicáveis.

Com base na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta.

- a) A ARO pode ser contratada em qualquer data do exercício, desde que liquidada até 31 de dezembro, e pode ser renovada sucessivamente, ainda que haja operação anterior não resgatada.
- b) A ARO é vedada no terceiro ano de mandato, sendo permitida apenas no primeiro e no segundo anos, para evitar o comprometimento de gestões futuras.
- c) É admitida a cobrança, na ARO, de comissões e outros encargos além dos juros, desde que previstos em contrato e compatíveis com os praticados no mercado.
- d) A ARO somente pode ser contratada a partir do décimo dia do início do exercício, deve ser liquidada, com juros e demais encargos, até 10 de dezembro e é vedada enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada, bem como no último ano de mandato; a operação de longo prazo para custear despesas correntes encontra obstáculo na regra que veda operações de crédito em montante superior ao das despesas de capital.
- e) A Constituição admite operações de crédito de qualquer montante para custear despesas correntes, desde que previstas na lei orçamentária anual, sem outras condicionantes.

FINANÇAS PÚBLICAS*Amanda Aires*

69. No âmbito da teoria do federalismo fiscal e das transferências intergovernamentais, é correto afirmar:

- a) Segundo o Teorema da Descentralização de Oates, a provisão centralizada de bens públicos é sempre mais eficiente que a descentralizada, pois explora economias de escala e elimina as externalidades entre jurisdições.
- b) O efeito *flypaper* indica que uma transferência incondicional estimula o gasto do ente receptor na mesma proporção que um aumento equivalente da renda privada de seus residentes.
- c) Na abordagem de Musgrave, a função alocativa deve caber preferencialmente ao governo central, e as funções distributiva e estabilizadora devem caber aos governos subnacionais.
- d) As transferências condicionadas com contrapartida (*matching grants*) reduzem o preço relativo do bem subsidiado para o ente receptor e geram efeito-substituição além do efeito-renda. As transferências incondicionadas produzem, em tese, apenas efeito-renda.
- e) O desequilíbrio fiscal vertical é a disparidade de capacidade de arrecadação entre entes de mesmo nível de governo, como entre municípios de uma mesma região.

70. De acordo com as regras de repartição das receitas tributárias previstas na Constituição Federal de 1988, pertencem aos Municípios:

- a) 50% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).
- b) 50% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) licenciados em seus territórios.

c) a totalidade do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural (ITR), em qualquer hipótese, relativo aos imóveis neles situados.

d) 30% do produto da arrecadação do IOF incidente sobre o ouro definido como ativo financeiro ou instrumento cambial, cabendo os 70% restantes aos Estados de origem.

e) a parcela do imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos pagos pelos Municípios, que deve ser integralmente repassada à União para compor o Fundo de Participação dos Municípios.

71. Sobre a mensuração da Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) no Brasil pelos critérios “acima da linha” e “abaixo da linha”, é correto afirmar:

a) O critério “acima da linha” é o adotado oficialmente pelo Banco Central do Brasil e apura o resultado fiscal pela variação do endividamento líquido do setor público.

b) Pelo critério “abaixo da linha”, a NFSP é obtida pela variação da dívida líquida do setor público no período, razão pela qual é também chamado de critério de financiamento. Esse critério não permite identificar a origem do resultado por item de receita e despesa.

c) O critério “abaixo da linha” discrimina detalhadamente as receitas e despesas que geraram o resultado e, por isso, é o mais adequado para avaliar a qualidade do ajuste fiscal.

d) Por definição contábil, os dois critérios sempre produzem resultados idênticos, e não há discrepância estatística entre eles.

e) A apuração da NFSP abrange as instituições financeiras públicas, como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, e as empresas Petrobras e Eletrobras.

72. Considere os seguintes dados hipotéticos das contas consolidadas de um setor público, em R\$ bilhões, referentes a determinado exercício:

Item	Valor
Receitas não financeiras	1.200
Despesas não financeiras	1.150
Juros nominais sobre a dívida líquida	400
Atualização monetária e cambial da dívida	250

Com base nesses dados, o setor público apresentou, respectivamente, resultado primário, resultado operacional e resultado nominal de:

- a) déficit de 50; déficit de 100; déficit de 450.
- b) superávit de 50; superávit de 100; déficit de 350.
- c) superávit de 50; déficit de 100; déficit de 350.
- d) superávit de 50; déficit de 150; déficit de 400.
- e) déficit de 50; déficit de 200; déficit de 350.

FLUÊNCIA DE DADOS

Emannuelle Gouveia

73. Uma organização recebe dados de um sistema de vendas em tabelas relacionais, registros de aplicações em arquivos JSON e imagens enviadas por clientes. Considerando a organização e a representação desses dados, a classificação adequada é apresentada em

- a) estruturados para as tabelas relacionais, semiestruturados para os arquivos JSON e não estruturados para as imagens.
- b) estruturados para as tabelas relacionais, não estruturados para os arquivos JSON e semiestruturados para as imagens.
- c) semiestruturados para as tabelas relacionais, estruturados para os arquivos JSON e não estruturados para as imagens.
- d) não estruturados para as tabelas relacionais, semiestruturados para os arquivos JSON e estruturados para as imagens.

e) estruturados para as tabelas relacionais e para os arquivos JSON, pois ambos apresentam obrigatoriamente esquemas rígidos, e semiestruturados para as imagens.

74. Durante a aplicação da metodologia CRISP-DM, uma equipe identifica, na fase de modelagem, que os dados disponíveis não apresentam qualidade suficiente para alcançar os resultados esperados. A medida compatível com o ciclo de aplicação dessa metodologia consiste em

- a) avançar diretamente para a implantação, pois a metodologia estabelece uma sequência linear de fases que não admite revisões.
- b) reiniciar obrigatoriamente todo o projeto pela fase de compreensão do negócio, descartando os resultados obtidos nas etapas anteriores.
- c) realizar a avaliação final dos modelos, pois os problemas de qualidade dos dados devem ser corrigidos exclusivamente após a conclusão da modelagem.
- d) retornar à fase de preparação dos dados para realizar os ajustes necessários e, posteriormente, retomar a modelagem, respeitando o caráter iterativo da metodologia.
- e) substituir a fase de preparação dos dados pela implantação, uma vez que o tratamento de inconsistências ocorre durante a utilização dos modelos em produção.

75. Uma organização pretende modernizar sua arquitetura de dados, mantendo informações históricas organizadas para análises gerenciais e, simultaneamente, permitindo o armazenamento de dados brutos para aplicações de ciência de dados. A respeito das arquiteturas de armazenamento e análise, assinale a alternativa correta.

- a) O Data Warehouse é destinado exclusivamente ao armazenamento de dados brutos, sem necessidade de integração ou tratamento prévio, enquanto o Data Lake exige a organização dos dados em esquemas relacionais rígidos antes do armazenamento.
- b) O Data Mart constitui um repositório independente de qualquer finalidade analítica, projetado para substituir bancos de dados transacionais e executar operações de inserção e atualização em tempo real.
- c) O Data Lakehouse elimina a necessidade de mecanismos de governança e controle de qualidade, pois a integração entre diferentes formatos de dados garante automaticamente sua consistência.
- d) O Data Warehouse e o Data Lake possuem obrigatoriamente a mesma estrutura de armazenamento, diferenciando-se apenas pela quantidade de dados que conseguem processar.
- e) O Data Lakehouse combina características do Data Lake e do Data Warehouse, permitindo armazenar dados em diferentes formatos e incorporar recursos de gerenciamento, controle transacional e análise de dados em uma arquitetura integrada.

76. Uma aplicação precisa armazenar informações de produtos que apresentam atributos variáveis conforme suas categorias, sem exigir alterações frequentes em uma estrutura rígida de tabelas. Entre os modelos de bancos de dados NoSQL, a alternativa mais adequada para essa necessidade é

- a) o modelo orientado a grafos, que organiza os dados exclusivamente em tabelas relacionadas por chaves estrangeiras, permitindo a inclusão dinâmica de atributos.

- b) o modelo orientado a documentos, que armazena informações em documentos com estruturas flexíveis, permitindo que registros de uma mesma coleção apresentem diferentes atributos.
- c) o modelo chave-valor, que exige a definição prévia de colunas fixas e relacionamentos entre tabelas para armazenar informações heterogêneas.
- d) o modelo orientado a colunas, que impede a inclusão de novos atributos após a criação do banco de dados, garantindo a padronização dos registros.
- e) o modelo relacional distribuído, que constitui uma categoria de NoSQL caracterizada pela obrigatoriedade de esquemas rígidos e pela utilização exclusiva da linguagem SQL.

77. Um sistema de atendimento automatizado precisa identificar a intenção dos usuários em mensagens escritas, mesmo quando diferentes expressões são utilizadas para formular solicitações semelhantes. Para atender a essa necessidade, uma aplicação de Processamento de Linguagem Natural (PLN) pode utilizar

- a) modelos de classificação de intenções que analisam padrões linguísticos e representações semânticas das mensagens, permitindo reconhecer solicitações semelhantes mesmo quando apresentam palavras diferentes.
- b) técnicas de reconhecimento óptico de caracteres (OCR), responsáveis por identificar automaticamente o significado de mensagens textuais e determinar a intenção dos usuários a partir da formatação dos caracteres.
- c) algoritmos de compressão de dados, que reduzem o tamanho das mensagens e identificam sua intenção por meio da quantidade de caracteres presentes no texto.
- d) mecanismos de análise sintática que dispensam qualquer interpretação semântica e garantem a identificação correta da intenção apenas pela posição das palavras nas frases.
- e) procedimentos de tokenização que, isoladamente, classificam a intenção das mensagens ao dividir o texto em unidades menores, sem necessidade de análise contextual ou modelos adicionais.

78. Um órgão público pretende utilizar um modelo de linguagem de grande escala (LLM) para auxiliar na elaboração de respostas a consultas administrativas. Considerando o funcionamento desses modelos e os cuidados necessários à sua utilização, a medida tecnicamente adequada consiste em

- a) utilizar o modelo como fonte definitiva de informações, pois seu treinamento com grandes volumes de textos garante a precisão factual das respostas produzidas.
- b) restringir a utilização do modelo à reprodução literal dos textos presentes em seus dados de treinamento, uma vez que os LLMs não possuem capacidade de gerar novas combinações linguísticas.
- c) fornecer ao modelo informações relevantes de fontes confiáveis e estabelecer procedimentos de verificação das respostas, considerando que a geração de textos pode produzir conteúdos plausíveis, mas factualmente incorretos.
- d) eliminar a necessidade de revisão humana mediante o aumento do número de parâmetros do modelo, pois modelos maiores são imunes à geração de informações inexistentes.
- e) considerar que o modelo interpreta as solicitações exclusivamente por correspondência exata de palavras, sem utilizar relações contextuais ou representações aprendidas durante o treinamento.

79. Uma organização pretende disponibilizar dados para análises estatísticas, restringir a exposição de informações pessoais durante o acesso aos sistemas e estabelecer critérios para a conservação e a eliminação dos registros. A aplicação adequada das técnicas de proteção e gestão desses dados está descrita em

- a) a anonimização substitui temporariamente os dados pessoais por valores fictícios, mantendo obrigatoriamente uma tabela de correspondência que permite recuperar a identidade dos titulares.
- b) o mascaramento elimina definitivamente a possibilidade de identificação dos titulares, tornando os dados automaticamente anônimos,

independentemente da técnica utilizada ou das informações disponíveis.

- c) as políticas de retenção determinam que todos os dados pessoais sejam conservados por prazo indeterminado, desde que a organização utilize mecanismos de criptografia e controle de acesso.
- d) a anonimização e o mascaramento possuem a mesma finalidade técnica e produzem resultados equivalentes, enquanto as políticas de retenção se limitam à realização periódica de cópias de segurança.
- e) a anonimização busca impedir a identificação dos titulares por meios técnicos razoáveis e disponíveis, o mascaramento restringe a exposição de informações por meio da ocultação ou substituição de valores, e as políticas de retenção estabelecem critérios e prazos para conservação e eliminação dos dados.

80. Uma instituição coleta dados pessoais para realizar o cadastro de usuários em seus serviços digitais. Durante uma auditoria, constatou-se que o formulário solicita informações que não são necessárias para a prestação do serviço, embora estejam relacionadas à atividade da instituição. O princípio da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) diretamente relacionado à exigência de limitar a coleta ao mínimo necessário é o da

- a) adequação, que determina a utilização dos dados pessoais exclusivamente para finalidades comerciais previamente autorizadas pelo titular.
- b) necessidade, que estabelece a limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, abrangendo dados pertinentes, proporcionais e não excessivos.
- c) finalidade, que permite a coleta de informações adicionais sempre que houver relação entre os dados e as atividades gerais da instituição.
- d) transparência, que exige a divulgação pública de todos os dados pessoais coletados, independentemente de sua natureza ou finalidade.
- e) livre acesso, que autoriza a instituição a coletar informações adicionais desde que o titular possa consultar os dados armazenados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**ORÇAMENTO PÚBLICO***Leandro Ravyelle*

81. Durante a elaboração da proposta orçamentária de determinado Estado, a equipe técnica discutiu a possibilidade de vincular previamente determinadas receitas públicas ao financiamento de programas governamentais específicos. Um dos técnicos ponderou que a Constituição Federal estabelece restrição específica quanto à vinculação de determinada espécie de receita, embora admita exceções expressamente previstas no próprio texto constitucional.

Considerando os princípios orçamentários e as normas constitucionais aplicáveis, é correto afirmar que

- a) o princípio da universalidade impede a vinculação de quaisquer receitas públicas a órgão, fundo ou despesa, alcançando indistintamente impostos, taxas, contribuições e receitas patrimoniais.
- b) o princípio da não afetação impede a vinculação da receita proveniente de qualquer tributo, ressalvadas apenas as transferências constitucionais entre os entes da Federação.
- c) o princípio da exclusividade determina que as receitas de impostos sejam destinadas exclusivamente às despesas previstas na LOA, sendo vedada sua vinculação previamente estabelecida pela Constituição.
- d) o princípio da não vinculação da receita de impostos veda, como regra, a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, sem prejuízo das exceções constitucionalmente estabelecidas, entre as quais se encontram destinações para ações e serviços públicos de saúde e para manutenção e desenvolvimento do ensino.
- e) o princípio da unidade determina que as receitas provenientes de impostos integrem um caixa único e, por essa razão, proíbe inclusive as vinculações constitucionais destinadas à saúde, à educação e à administração tributária.

82. Ao encerrar o exercício financeiro, a Secretaria de Fazenda de determinado Estado apurou saldo positivo no balanço de um fundo especial, instituído por lei para financiar ações permanentes de modernização da administração tributária. Diante da existência de recursos não utilizados, a equipe responsável pela elaboração do orçamento do exercício subsequente discutiu a possibilidade de sua incorporação ao novo orçamento e eventual utilização em outras finalidades governamentais.

Considerando exclusivamente o regime geral dos fundos especiais estabelecido pela Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar que o saldo positivo apurado

- a) perde sua vinculação com o encerramento do exercício financeiro, podendo ser incorporado às disponibilidades ordinárias do Tesouro, em observância ao princípio da unidade de tesouraria.
- b) deve ser automaticamente considerado receita orçamentária do exercício seguinte, independentemente de sua incorporação ao orçamento do fundo, uma vez que a vinculação legal prevalece sobre o princípio da anualidade.
- c) somente poderá permanecer vinculado ao fundo mediante autorização específica na Lei Orçamentária Anual do exercício subsequente, pois as vinculações de receitas extinguem-se com o encerramento do exercício financeiro.
- d) será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo, salvo se a própria lei que o instituiu determinar solução diversa, devendo sua utilização observar a correspondente disciplina orçamentária.
- e) deverá ser recolhido ao Tesouro ao final do exercício, podendo retornar ao fundo mediante abertura de crédito extraordinário no exercício subsequente.

83. Durante a execução do orçamento anual de determinada entidade pública, a unidade responsável pelo planejamento passou a produzir relatórios periódicos confrontando as metas físicas e financeiras programadas com os resultados efetivamente alcançados. Além de acompanhar indicadores de desempenho e a evolução da execução, a equipe identifica desvios entre o planejado e o realizado e busca suas causas, de modo a fornecer informações tempestivas aos gestores para eventual adoção de medidas corretivas ainda durante o exercício.

No contexto das etapas relacionadas ao ciclo e ao controle orçamentário, as atividades descritas caracterizam predominantemente

- a) a avaliação do orçamento, por corresponder exclusivamente ao exame conclusivo dos resultados alcançados após o encerramento do exercício.
- b) a implementação do orçamento, por representar a realização material das ações e a utilização dos recursos previamente autorizados.
- c) o monitoramento do orçamento, por envolver acompanhamento sistemático da execução, comparação entre resultados planejados e realizados e identificação tempestiva de desvios.
- d) a aprovação do orçamento, por envolver o controle da compatibilidade entre metas estabelecidas e recursos autorizados pelo Poder Legislativo.
- e) o alinhamento estratégico do orçamento, por consistir na compatibilização posterior das despesas executadas com os objetivos definidos no planejamento governamental.

84. Durante a execução de contrato administrativo destinado à reforma e modernização de um hospital estadual, constatou-se a necessidade de ampliar determinados serviços originalmente previstos, mediante alteração contratual admitida pela legislação. A despesa correspondente à reforma já possui dotação específica na Lei Orçamentária Anual, porém o saldo disponível nessa dotação é insuficiente para suportar o acréscimo contratual. A Secretaria de Fazenda informou, ainda, existir excesso de arrecadação, apurado na forma da legislação financeira, suficiente para suportar o reforço necessário.

Considerando a Constituição Federal e a Lei nº 4.320/1964, o atendimento da despesa adicional

- a) exige crédito especial, pois o aumento do valor originalmente autorizado para o contrato constitui nova despesa, ainda que já exista dotação específica para a reforma do hospital.
- b) pode ser realizado diretamente à conta do excesso de arrecadação, independentemente de crédito adicional, pois a existência de recurso financeiro disponível supre a insuficiência da autorização orçamentária.
- c) exige crédito suplementar, destinado ao reforço da dotação já existente, cuja abertura depende de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis, podendo o excesso de arrecadação não comprometido constituir fonte para sua abertura.
- d) exige crédito extraordinário, uma vez que a necessidade de ampliar quantitativos de contrato em execução constitui despesa superveniente e não prevista no momento da aprovação da Lei Orçamentária Anual.
- e) pode ser atendido mediante transposição direta do saldo de outra programação orçamentária por ato do Poder Executivo, independentemente de autorização legislativa, desde que preservado o valor global da despesa fixada na Lei Orçamentária Anual.

85. Durante a elaboração da proposta orçamentária de determinado Estado, foram previstas dotações para reparos no telhado, substituição de revestimentos deteriorados e adequação das instalações elétricas de um prédio público já utilizado pela Administração, sem ampliação da área construída ou criação de nova unidade administrativa. Também foram programados gastos ordinários necessários à continuidade do funcionamento do órgão.

Considerando exclusivamente a classificação estabelecida pela Lei nº 4.320/1964, as dotações destinadas às intervenções descritas no imóvel e à manutenção dos serviços já existentes devem ser classificadas como

- a) despesas de capital, na modalidade investimentos, pois toda intervenção material realizada em imóvel público constitui obra pública para fins orçamentários.
- b) transferências correntes, por se destinarem à manutenção das atividades administrativas sem resultar na criação de novo serviço público.
- c) despesas correntes, na espécie despesas de custeio, uma vez que compreendem dotações destinadas à manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- d) despesas de capital, na espécie inversões financeiras, porque a realização de adaptações em bem imóvel já incorporado ao patrimônio público representa aplicação de recursos em ativo preexistente.
- e) transferências de capital, pois as intervenções realizadas em bens imóveis da Administração possuem natureza patrimonial e independem da existência de contraprestação direta em bens ou serviços.

86. Ao examinar as contas de determinado Município, o Tribunal de Contas constatou que a Secretaria Municipal de Saúde celebrou contratos com empresas privadas para disponibilização de profissionais que passaram a exercer, nas unidades de saúde administradas diretamente pelo Município, atividades anteriormente desempenhadas por servidores integrantes do quadro municipal. A Administração classificou integralmente os valores pagos como simples serviços de terceiros, excluindo-os da apuração da despesa total com pessoal.

À luz da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), é correto afirmar que os valores relativos à mão de obra terceirizada que caracterize substituição de servidores públicos

- a) devem ser contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal” e considerados na despesa total com pessoal, sujeitando-se o Município ao limite global de 60% da receita corrente líquida.
- b) constituem “Outros Serviços de Terceiros”, não integrando a despesa total com pessoal, ainda que os trabalhadores terceirizados exerçam atividades correspondentes às desempenhadas por servidores do quadro municipal.
- c) devem ser classificados como “Pessoal e Encargos Sociais”, exclusivamente, sendo computados na despesa total com pessoal do Município, cujo limite global corresponde a 50% da receita corrente líquida.
- d) caracterizam necessariamente despesa obrigatória de caráter continuado, submetida ao art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas não integram a despesa total com pessoal, por inexistir vínculo funcional entre os trabalhadores e o Município.
- e) somente serão consideradas despesa com pessoal se a terceirização tiver sido celebrada por prazo superior a dois exercícios financeiros e resultar em obrigação legal de caráter continuado para o Município.

87. Durante a elaboração da proposta orçamentária para 2027, determinado Estado identificou dificuldades financeiras enfrentadas por uma sociedade empresária privada responsável pela prestação de serviço considerado estratégico para a economia regional. Diante do risco de interrupção das atividades, o Poder Executivo pretende conceder à empresa financiamento em condições favorecidas e, adicionalmente, aporte destinado à cobertura parcial de seu déficit operacional.

A equipe técnica informou que há interesse público na medida e disponibilidade financeira no Tesouro Estadual, mas que a Lei Orçamentária Anual vigente não contém dotação específica para essa finalidade.

Considerando as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 sobre a destinação de recursos públicos ao setor privado, é correto afirmar que

- a) a demonstração de relevante interesse econômico e social permite a concessão dos recursos por ato do Poder Executivo, sendo dispensáveis lei específica e previsão orçamentária quando o beneficiário exercer atividade estratégica.
- b) a exigência de autorização por lei específica restringe-se às subvenções destinadas à cobertura de déficits de pessoas jurídicas, não alcançando empréstimos, financiamentos, refinanciamentos ou participação em aumento de capital.
- c) a destinação poderá ser realizada mediante abertura de crédito adicional pelo Poder Executivo, ainda que inexistir lei específica, desde que a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabeleça genericamente condições para o apoio financeiro a empresas privadas.
- d) a destinação dos recursos deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e possuir previsão no orçamento ou em créditos adicionais, abrangendo a disciplina da LRF, entre outras hipóteses, a concessão de empréstimos, financiamentos, refinanciamentos e subvenções.
- e) as exigências da LRF alcançam apenas a Administração direta e as autarquias, não incidindo

sobre fundações públicas ou empresas estatais que realizem operações de apoio financeiro ao setor privado.

88. Ao realizar a gestão de suas disponibilidades financeiras, determinado Estado da Federação decidiu aplicar parcela temporariamente ociosa de seus recursos na aquisição de títulos da dívida pública federal emitidos pela União. Durante uma análise do setor responsável pela auditoria, levantou-se dúvida quanto à compatibilidade da operação com a vedação da Lei de Responsabilidade Fiscal à realização de operações de crédito entre entes da Federação.

Considerando as disposições da Lei Complementar nº 101/2000, é correto afirmar que a aquisição

- a) é vedada, pois a compra de títulos emitidos pela União por outro ente federativo configura operação de crédito entre entes da Federação, independentemente da finalidade da aquisição.
- b) é permitida somente quando os títulos adquiridos tiverem prazo de resgate inferior a doze meses, pois, ultrapassado esse período, passam a integrar a dívida consolidada do ente adquirente.
- c) é permitida, pois a LRF expressamente estabelece que a vedação às operações de crédito entre entes da Federação não impede Estados e Municípios de comprarem títulos da dívida da União como aplicação de suas disponibilidades.
- d) é vedada, salvo se previamente autorizada pelo Senado Federal, uma vez que a aquisição de títulos federais por Estados ou Municípios é equiparada à concessão de garantia entre entes federativos.
- e) é permitida apenas quando intermediada por instituição financeira estatal, pois a LRF excepciona da vedação às operações intergovernamentais exclusivamente aquelas realizadas por instituições financeiras controladas pelo Poder Público.

89. Durante a elaboração do orçamento federal, parlamentares apresentaram emendas individuais destinadas à aquisição de equipamentos para unidades de saúde municipais, enquanto uma bancada estadual propôs investimentos em infraestrutura regional. Considerando o regime constitucional das emendas parlamentares impositivas, inclusive as modalidades de transferência de recursos aos entes subnacionais, é correto afirmar que

- a) as emendas individuais e de bancada estadual possuem execução obrigatória e, por essa razão, seus recursos não podem ser objeto de limitação de empenho ou movimentação financeira, ainda que necessária ao cumprimento das metas fiscais.
- b) as transferências especiais decorrentes de emendas individuais somente poderão ser realizadas mediante convênio ou instrumento congênere, uma vez que a titularidade dos recursos permanece com a União até a conclusão do objeto financiado.
- c) as programações decorrentes de emendas individuais destinadas a ações e serviços públicos de saúde poderão ser computadas para o cumprimento do mínimo constitucional da União nessa área, observadas as condições constitucionais aplicáveis.
- d) as emendas de bancada estadual poderão ser executadas por transferência especial diretamente aos municípios beneficiários, independentemente da celebração de convênio, desde que os recursos sejam aplicados exclusivamente em despesas de capital.
- e) as emendas individuais impositivas destinadas a estados e municípios deverão observar, em qualquer modalidade de transferência, a aplicação mínima de 70% dos recursos em despesas de capital, sendo vedada sua utilização para despesas correntes.

90. Determinado município recebeu recursos da União decorrentes de emenda parlamentar individual impositiva, na modalidade transferência especial, para financiar ações de interesse local. Durante o planejamento da aplicação dos valores, o gestor municipal apresentou diferentes propostas de despesas.

Considerando as disposições da Constituição Federal acerca da destinação desses recursos, será constitucionalmente admitida sua aplicação em

- a) pagamento de gratificações de produtividade aos servidores municipais responsáveis pela fiscalização tributária.
- b) recolhimento de contribuições previdenciárias patronais incidentes sobre a folha de pagamento dos servidores efetivos.
- c) construção de uma unidade de educação infantil integrante da rede pública municipal de ensino.
- d) pagamento de benefícios assistenciais de natureza pecuniária aos servidores municipais aposentados.
- e) amortização do principal de operação de crédito contratada pelo município para financiar investimentos em infraestrutura urbana.

91. Durante a elaboração dos instrumentos de planejamento e orçamento de determinado ente federativo, foram discutidas as exigências constitucionais e legais relativas ao conteúdo do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Considerando a disciplina constitucional e as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar que

- a) o plano plurianual estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas correntes e de capital, abrangendo exclusivamente os quatro exercícios financeiros correspondentes ao mandato do chefe do Poder Executivo.
- b) o orçamento de investimento das empresas estatais, integrante da lei orçamentária anual, compreende as empresas públicas e sociedades de economia mista em que a União detenha participação acionária, ainda que minoritária, desde que recebam recursos financeiros do orçamento fiscal.
- c) a lei de diretrizes orçamentárias poderá estabelecer exceções à apuração do resultado primário, excluindo despesas primárias relacionadas a programas prioritários do governo, desde que tais programas estejam contemplados no plano plurianual.
- d) o plano plurianual deverá ser acompanhado de anexo de metas fiscais contendo a evolução do patrimônio líquido nos três últimos exercícios, a avaliação da situação financeira dos regimes de previdência e a estimativa de renúncia de receita.
- e) o projeto de lei orçamentária anual deverá ser acompanhado de demonstrativo regionalizado dos efeitos sobre as receitas e despesas decorrentes da concessão de benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia, inclusive os relacionados a isenções e remissões.

92. Durante a execução orçamentária de determinado órgão público, a unidade de planejamento passou a examinar periodicamente os indicadores de desempenho, confrontando as despesas realizadas e os produtos entregues com as metas originalmente estabelecidas, a fim de identificar desvios e subsidiar ajustes tempestivos na programação.

No contexto do ciclo orçamentário, a atividade descrita caracteriza, predominantemente, a etapa de

- a) avaliação orçamentária, por envolver a mensuração dos impactos e da efetividade das políticas públicas implementadas.
- b) controle orçamentário, por corresponder à verificação da legalidade dos atos de execução e à responsabilização dos gestores por eventuais irregularidades.
- c) monitoramento orçamentário, por consistir no acompanhamento sistemático da execução, mediante análise de indicadores, identificação de desvios e comparação entre resultados previstos e realizados.
- d) programação orçamentária, por compreender a definição dos limites de empenho e dos cronogramas de desembolso necessários ao cumprimento das metas fiscais.
- e) revisão do planejamento estratégico, por representar a reformulação dos objetivos institucionais e das prioridades governamentais em razão das alterações identificadas na execução.

93. Em janeiro de 2026, determinado município identificou a necessidade de abertura de crédito adicional suplementar, utilizando como fonte de recursos o superávit financeiro apurado ao final do exercício de 2025. Para verificar a existência desse recurso, a unidade de contabilidade deverá considerar a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, com base no

- a) Balanço Financeiro de 2025, por evidenciar os ingressos e dispêndios financeiros do exercício e os saldos de caixa transferidos para o exercício seguinte.
- b) Balanço Orçamentário de 2025, por demonstrar o resultado da execução das receitas e despesas orçamentárias do exercício encerrado.
- c) Balanço Patrimonial de 2026, por evidenciar a situação patrimonial do ente no exercício em que ocorrerá a abertura do crédito adicional.
- d) Balanço Patrimonial de 2025, por evidenciar os elementos necessários à apuração do superávit financeiro do exercício anterior.
- e) Demonstração das Variações Patrimoniais de 2025, por apresentar o resultado patrimonial obtido no exercício e sua repercussão sobre as disponibilidades financeiras.

94. Durante a execução de um contrato de manutenção e modernização de unidades hospitalares, determinado município identificou a necessidade de ampliar os serviços originalmente contratados, mediante termo aditivo, respeitados os limites estabelecidos pela legislação de licitações e contratos administrativos. Contudo, verificou-se que a dotação consignada na Lei Orçamentária Anual (LOA) era insuficiente para suportar o acréscimo da despesa, embora existisse previsão de excesso de arrecadação no exercício.

Considerando as disposições constitucionais e da Lei nº 4.320/1964, a providência orçamentária adequada será

- a) promover a abertura de crédito adicional especial, mediante autorização legislativa, uma vez que o acréscimo contratual caracteriza despesa nova, ainda que exista dotação orçamentária destinada ao contrato original.
- b) realizar o empenho complementar da despesa, independentemente da abertura de crédito adicional, desde que o excesso de arrecadação projetado seja suficiente para compensar o aumento das obrigações contratuais.
- c) abrir crédito adicional suplementar por ato do Poder Executivo, dispensada autorização legislativa, desde que a cobertura seja realizada mediante excesso de arrecadação efetivamente apurado no exercício.
- d) providenciar a abertura de crédito adicional suplementar, mediante autorização legislativa prévia e indicação de recursos disponíveis, admitindo-se como fonte o excesso de arrecadação, observadas as condições legais.
- e) abrir crédito adicional extraordinário, mediante decreto do chefe do Poder Executivo, por se tratar de despesa indispensável à continuidade dos serviços públicos de saúde, independentemente da ocorrência de situação imprevisível e urgente.

95. Durante a execução financeira de determinado órgão público, foram registrados ingressos provenientes de cauções em dinheiro oferecidas por empresas contratadas, depósitos de terceiros e valores arrecadados pela prestação de serviços administrativos. Ao analisar a classificação desses recursos, o setor de contabilidade identificou que parte deles não integra a receita orçamentária do ente.

Considerando as disposições da Lei nº 4.320/1964 e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), os ingressos de natureza extraorçamentária

- a) compreendem os valores recebidos pela prestação de serviços públicos, desde que não tenham sido expressamente previstos na Lei Orçamentária Anual, constituindo receitas originárias não sujeitas à autorização orçamentária.
- b) representam recursos arrecadados em montante superior à previsão orçamentária, sendo classificados como ingressos extraorçamentários apenas na parcela excedente à estimativa de receita constante da LOA.
- c) constituem entradas temporárias de recursos financeiros, em regra acompanhadas do reconhecimento de obrigação de devolução ou de outra contrapartida patrimonial, não representando receitas disponíveis para financiar despesas orçamentárias do ente.
- d) abrangem os recursos obtidos mediante operações de crédito contratadas para atender insuficiências de caixa, os quais integram definitivamente o patrimônio público e podem ser utilizados para abertura de créditos adicionais.
- e) correspondem aos valores provenientes da alienação de bens públicos e do recebimento de amortizações de empréstimos concedidos, cuja destinação deve observar as restrições legais aplicáveis às receitas de capital.

96. Em dezembro de 2025, determinado órgão estadual recebeu equipamentos hospitalares adquiridos mediante contrato administrativo, tendo o setor competente atestado a conformidade da entrega e realizado a regular liquidação da despesa, previamente empenhada. Contudo, em razão de dificuldades operacionais no encerramento do exercício financeiro, o pagamento não foi efetuado até 31 de dezembro.

Considerando as disposições da Lei nº 4.320/1964 e as normas de contabilidade aplicadas ao setor público, a despesa deverá

- a) ser inscrita em restos a pagar não processados, uma vez que o processamento da despesa somente se completa com a realização do pagamento ao credor.
- b) ter seu empenho anulado ao encerramento do exercício, com posterior reconhecimento como despesa de exercícios anteriores, mediante nova dotação orçamentária.
- c) ser inscrita em restos a pagar processados, pois houve empenho e regular liquidação no exercício de origem, constituindo seu pagamento no exercício seguinte dispêndio de natureza extraorçamentária.
- d) ser novamente empenhada no exercício subsequente, utilizando-se dotação consignada na nova Lei Orçamentária Anual, ainda que tenha ocorrido a liquidação no exercício anterior.
- e) ser inscrita em restos a pagar não processados em liquidação, tendo em vista que o reconhecimento do direito do credor somente se aperfeiçoará quando ocorrer o desembolso financeiro.

97. A estrutura institucional de determinado ente público apresenta as seguintes unidades orçamentárias:

Durante a execução da Lei Orçamentária Anual, o Departamento de Obras Rodoviárias (28.110) descentralizou parte de seus créditos orçamentários para a Agência de Gestão Ambiental (46.120), a fim de viabilizar a execução de ações ambientais relacionadas a um empreendimento rodoviário, sem alteração da programação originalmente aprovada.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a descentralização realizada implica

- a) alterar a classificação institucional para a unidade 46.120, preservando as classificações funcional e programática originalmente atribuídas à unidade 28.110.
- b) manter a classificação programática da unidade 28.110, alterando a classificação funcional e a natureza da despesa para aquelas adotadas pela unidade 46.120.
- c) alterar as classificações institucional e funcional para aquelas da unidade 46.120, mantendo apenas a classificação econômica originalmente prevista na dotação descentralizada.
- d) preservar as classificações institucional, funcional, programática e por natureza da despesa originalmente atribuídas ao crédito orçamentário da unidade 28.110, ainda que sua execução seja realizada pela unidade 46.120.
- e) manter as classificações funcional e econômica do crédito originalmente consignado à unidade 28.110, modificando obrigatoriamente a classificação institucional e a programática em razão da mudança da unidade executora.

98. Durante a elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), a Secretaria da Fazenda de determinado Estado realizou o levantamento das receitas arrecadadas nos últimos doze meses, com a finalidade de apurar a Receita Corrente Líquida (RCL), observadas as deduções legalmente estabelecidas.

Considerando a classificação por natureza da receita pública e as disposições da Lei Complementar nº 101/2000, integram a soma das receitas consideradas na apuração da RCL, antes das deduções legais, aquelas provenientes de

- a) Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria; Receitas de Serviços; Alienação de Bens Imóveis; e Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais.
- b) Contribuições Sociais; Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado; Operações de Crédito Internas; e Indenizações, Restituições e Ressarcimentos.
- c) Transferências Correntes; Receitas de Serviços; Amortização de Empréstimos; e Contribuições Econômicas.
- d) Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria; Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado; Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais; e Receitas de Serviços.
- e) Contribuições Econômicas; Transferências de Capital; Receitas de Serviços; e Indenizações, Restituições e Ressarcimentos.

99. Durante a elaboração do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de determinado Estado, a equipe de planejamento fiscal identificou a necessidade de apresentar demonstrativos relacionados à sustentabilidade das contas públicas, à concessão de benefícios tributários e à expansão de despesas obrigatórias.

Considerando as exigências estabelecidas pela Lei Complementar nº 101/2000, o Anexo de Metas Fiscais, integrante da LDO, deverá conter, entre outros elementos,

- a) a avaliação dos passivos contingentes e de outros riscos capazes de afetar as contas públicas, acompanhada da indicação das providências a serem adotadas caso esses riscos se concretizem.
- b) a reserva de contingência, cujo montante será fixado na própria LDO, destinada exclusivamente à cobertura de despesas urgentes e imprevisíveis decorrentes de calamidade pública.
- c) o demonstrativo da evolução do patrimônio líquido nos dois últimos exercícios, acompanhado da estimativa das receitas de capital destinadas à amortização da dívida pública consolidada.
- d) a avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes de previdência social e dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial, bem como o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- e) a fixação dos limites globais para contratação de operações de crédito pelos entes federativos, acompanhada da autorização para abertura de créditos suplementares destinados à recomposição das metas fiscais.

100. Durante o acompanhamento da execução orçamentária de determinado Estado, a Secretaria da Fazenda constatou, ao término do segundo bimestre, que a frustração na arrecadação de receitas tributárias poderia comprometer o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Diante desse cenário, e não estando caracterizada hipótese legal de dispensa da medida, a Lei Complementar nº 101/2000 determina que

- a) o Poder Executivo poderá suspender o pagamento das despesas regularmente liquidadas, inclusive das obrigações constitucionais e legais, até que a arrecadação volte a comportar o cumprimento da meta fiscal.
- b) o Poder Executivo deverá promover, por decreto, o cancelamento dos empenhos já liquidados, em montante equivalente à insuficiência de arrecadação, independentemente dos critérios estabelecidos na LDO.
- c) os Poderes e o Ministério Público deverão promover, por ato próprio e nos montantes necessários, a limitação de empenho e movimentação financeira, nos trinta dias subsequentes, observados os critérios fixados na LDO.
- d) o Poder Executivo deverá encaminhar projeto de lei para redução das dotações orçamentárias, sendo vedada a adoção de medidas de limitação de empenho antes da autorização legislativa específica.
- e) o ente federativo ficará automaticamente impedido de conceder reajustes remuneratórios, contratar operações de crédito e ampliar benefícios tributários, até que seja demonstrada a recomposição integral da receita inicialmente prevista.

101. Durante a elaboração do projeto de Lei Orçamentária Anual de determinado ente federativo, a equipe técnica responsável pelo planejamento orçamentário examinou as exigências da Lei Complementar nº 101/2000, especialmente quanto à transparência dos benefícios fiscais, às transferências de recursos e aos demonstrativos exigidos pela legislação.

Considerando as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal relativas aos instrumentos de planejamento e orçamento, é correto afirmar que a Lei Orçamentária Anual

- a) estabelecerá as condições e exigências para a realização de transferências de recursos a entidades públicas e privadas, inclusive os critérios de seleção dos beneficiários, dispensando sua previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- b) será acompanhada de demonstrativo da evolução do patrimônio líquido nos três exercícios anteriores, destacando a origem e a aplicação dos recursos provenientes da alienação de ativos.
- c) estabelecerá normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos orçamentários, constituindo instrumento próprio de definição dos critérios de avaliação da gestão pública.
- d) conterá, como parte integrante do Anexo de Metas Fiscais, a avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao exercício anterior, acompanhada de demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- e) conterá a estimativa global de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia, destinados a pessoas físicas e jurídicas, observadas as demais exigências legais relativas à transparência orçamentária.

102. Durante a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o exercício financeiro de 2027, a Secretaria de Planejamento de determinado Estado realizou estudos destinados a verificar a conformidade da proposta orçamentária com as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. Entre os aspectos examinados estavam a compatibilidade da programação orçamentária com as metas fiscais, a previsão da reserva de contingência e as disposições relativas ao equilíbrio fiscal.

Considerando a disciplina estabelecida pela Lei Complementar nº 101/2000, o referido projeto de lei orçamentária anual

- a) estabelecerá os critérios de utilização e o montante da reserva de contingência, definido com base na receita corrente líquida apurada no exercício de 2026, cabendo à Lei de Diretrizes Orçamentárias apenas autorizar sua utilização.
- b) deverá ser acompanhado de demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias correspondente ao exercício financeiro de 2027.
- c) estabelecerá as metas anuais de resultado primário e nominal para o exercício de 2027 e para os três exercícios subsequentes, acompanhadas das respectivas memórias e metodologias de cálculo.
- d) conterá reserva de contingência destinada exclusivamente ao pagamento de despesas decorrentes de calamidades públicas, cujo valor será calculado sobre a receita corrente líquida efetivamente arrecadada no exercício de 2025.
- e) disciplinará o equilíbrio entre receitas e despesas e estabelecerá as condições para a exclusão de despesas primárias da apuração das metas fiscais, desde que previamente autorizadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

103. Durante a elaboração do projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2027, a Secretaria de Planejamento de determinado Estado identificou a existência de riscos fiscais relacionados a demandas judiciais de valor expressivo, cujo desfecho poderia resultar em obrigações financeiras para o ente público.

Considerando que a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabeleceu a forma de utilização e o montante da reserva de contingência com base na receita corrente líquida, a equipe técnica passou a avaliar as condições para sua inclusão na proposta orçamentária.

À luz da Lei Complementar nº 101/2000, a reserva de contingência

- a) constitui mecanismo de ajuste fiscal destinado à recomposição das metas de resultado primário e nominal, podendo ser utilizada independentemente da ocorrência de riscos fiscais.
- b) será constituída mediante a vinculação obrigatória das receitas de alienação de bens e direitos, sendo vedada sua utilização para atendimento de obrigações decorrentes de decisões judiciais.
- c) destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, podendo ser utilizada para enfrentar obrigações decorrentes da materialização de riscos previamente identificados no Anexo de Riscos Fiscais da LDO, observadas as condições legais.
- d) deverá ser formada exclusivamente com recursos provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, sendo sua utilização condicionada à abertura de créditos extraordinários.
- e) será utilizada para compensar insuficiências de arrecadação decorrentes de frustração de receitas tributárias, dispensando a adoção das medidas de limitação de empenho e movimentação financeira previstas na LRF.

104. Com o objetivo de estimular a instalação de empresas fabricantes de equipamentos destinados à geração de energia renovável, determinado Estado pretende instituir, a partir do exercício financeiro de 2027, benefício tributário de ICMS consistente na concessão de crédito presumido a estabelecimentos industriais que realizem novos investimentos em seu território, sem modificar a alíquota nominal do imposto.

Os estudos técnicos indicaram que a medida reduzirá a arrecadação estimada para o exercício de início de sua vigência e para os dois exercícios seguintes, não tendo sido seus efeitos considerados na estimativa de receita da Lei Orçamentária Anual. Ademais, a redução projetada poderá comprometer as metas de resultados fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Considerando as disposições da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101/2000, inclusive as alterações legislativas aplicáveis, a instituição do benefício

- a) não caracteriza renúncia de receita, uma vez que a concessão de crédito presumido preserva a alíquota nominal do ICMS, somente se configurando benefício tributário sujeito à LRF quando houver redução expressa de alíquota ou remissão de créditos tributários.
- b) caracteriza renúncia de receita, cuja implementação poderá ocorrer mediante demonstração de que o crescimento futuro da atividade econômica compensará a arrecadação inicialmente perdida, independentemente de medidas específicas de compensação ou do atendimento às exigências constitucionais relativas ao ICMS.
- c) caracteriza renúncia de receita, exigindo estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício de início de sua vigência e nos dois seguintes e, nas circunstâncias descritas, medidas de compensação admitidas pela LRF, sem prejuízo da observância das exigências constitucionais e legais específicas para a concessão de benefícios de ICMS.

d) caracteriza renúncia de receita, cuja compensação deverá ocorrer obrigatoriamente mediante redução de despesas discricionárias no exercício de início de vigência e no seguinte, dispensada a estimativa de impacto orçamentário-financeiro quando o incentivo estiver previsto em legislação estadual.

e) poderá ser instituída diretamente por decreto do Poder Executivo estadual, desde que acompanhada de demonstrativo de renúncia fiscal, pois a concessão de crédito presumido constitui modalidade de incentivo financeiro não submetida às exigências constitucionais de concessão de benefícios tributários.

105. Durante a elaboração de um parecer técnico sobre a gestão fiscal de determinado Estado, a Secretaria da Fazenda examinou propostas relacionadas à concessão de incentivos tributários, ao financiamento de atividades privadas, à expansão de despesas obrigatórias e ao cumprimento dos limites legais de despesa com pessoal.

Considerando as disposições da Lei Complementar nº 101/2000, inclusive quanto às condições para implementação dessas medidas, é correto afirmar que

a) a despesa total com pessoal dos Estados não poderá ultrapassar 60% da receita corrente líquida, excluídas desse cálculo as despesas com aposentadorias e pensões custeadas pelo regime próprio de previdência social, independentemente da origem dos recursos utilizados.

b) a ausência de arrecadação de qualquer tributo de competência constitucional do ente federativo, inclusive taxas e contribuições de melhoria, constitui impedimento automático ao recebimento de transferências voluntárias, ainda que sejam regularmente instituídos, previstos e efetivamente arrecadados os impostos de sua competência.

c) a destinação de recursos públicos para cobrir necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas depende de autorização por lei

específica, do atendimento às condições estabelecidas na LDO e de previsão orçamentária, exigências que também se aplicam às instituições financeiras e ao Banco Central do Brasil no exercício de suas atribuições precípuas.

d) considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente decorrente exclusivamente de lei formal que imponha ao ente obrigação de execução por período igual ou superior a dois exercícios financeiros, não se enquadrando nessa definição as despesas instituídas por ato administrativo normativo.

e) a concessão de benefício tributário que implique renúncia de receita deverá estar acompanhada da estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício de início de sua vigência e nos dois seguintes, além de atender à LDO e a pelo menos uma das condições previstas na LRF, sendo que, na hipótese de adoção das medidas de compensação, o benefício somente entrará em vigor após a implementação dessas medidas.

106. No âmbito da elaboração do planejamento orçamentário para o exercício financeiro de 2027, determinado Estado pretende implementar diferentes políticas públicas nas áreas de saúde, assistência social, infraestrutura e desenvolvimento regional.

As propostas foram encaminhadas à Secretaria da Fazenda para avaliação de seus impactos fiscais e enquadramento nas disposições da Lei Complementar nº 101/2000, especialmente quanto à caracterização das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Considerando que todas as medidas serão instituídas por leis estaduais específicas e que os respectivos prazos de execução estão expressamente definidos, caracteriza despesa obrigatória de caráter continuado, nos termos da LRF, a obrigação legal de

- a) adquirir e instalar equipamentos de radioterapia em hospitais públicos estaduais, com pagamentos parcelados ao longo de 36 meses, tendo em vista que os bens possuem vida útil estimada superior a dez anos.
- b) executar programa de construção de unidades habitacionais destinadas a famílias de baixa renda, com prazo de conclusão de 30 meses e previsão de desembolsos orçamentários distribuídos entre três exercícios financeiros.
- c) conceder auxílio financeiro emergencial a famílias atingidas por desastres ambientais, mediante transferências mensais obrigatórias durante 18 meses, independentemente da permanência da situação de calamidade pública.
- d) custear, pelo período de 24 meses, os serviços necessários à realização de eventos esportivos e culturais regionais, mediante contratação de empresas especializadas e previsão de pagamentos periódicos.
- e) assegurar, durante 48 meses, o pagamento mensal de benefício assistencial a pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade econômica, desde que preenchidos os requisitos legais para sua concessão.

107. Durante a análise do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) referente ao encerramento do segundo quadrimestre de 2026, a unidade de controle interno de determinado município identificou os seguintes indicadores fiscais, apurados conforme os critérios da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Indicador fiscal	Valor apurado
Receita Corrente Líquida ajustada para cálculo dos limites de despesa com pessoal	R\$ 640.000.000,00
Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo Municipal	R\$ 312.000.000,00
Dívida Consolidada Líquida do Município	R\$ 710.000.000,00

Considerando que os valores apresentados já contemplam os ajustes e as deduções legalmente aplicáveis e que o município não está sujeito a regime excepcional de apuração, a unidade de controle interno deverá concluir, quanto aos limites da despesa total com pessoal do Poder Executivo, que

- a) foi ultrapassado o limite prudencial em R\$ 3.200.000,00, circunstância que impõe a adoção das restrições previstas no art. 22 da LRF.
- b) não houve ultrapassagem dos limites de alerta, prudencial ou máximo, uma vez que a despesa total com pessoal corresponde a percentual inferior a 50% da receita corrente líquida ajustada.
- c) foi ultrapassado o limite de alerta em R\$ 960.000,00, sem que tenha sido alcançado o limite prudencial estabelecido na LRF.
- d) foi ultrapassado o limite prudencial em R\$ 4.800.000,00, devendo o Poder Executivo promover imediatamente a redução de sua despesa total com pessoal aos patamares previstos no art. 20 da LRF.
- e) foi ultrapassado o limite de alerta em R\$ 1.280.000,00, sendo obrigatória a aplicação das vedações previstas no art. 22 da LRF, ainda que o limite prudencial não tenha sido atingido.

108. Ao encerrar o segundo quadrimestre do exercício financeiro de 2026, o Município de Santa Aurora apresentou os seguintes indicadores fiscais, devidamente apurados para fins de elaboração do Relatório de Gestão Fiscal (RGF):

Indicador fiscal	Valor
Receita Corrente Líquida ajustada para cálculo dos limites de despesa com pessoal	R\$ 800.000.000,00
Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo	R\$ 396.000.000,00
Dívida Consolidada Líquida	R\$ 1.320.000.000,00

O Tribunal de Contas competente identificou que a despesa total com pessoal do Poder Executivo Municipal havia ultrapassado um dos parâmetros de acompanhamento previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante dessa situação, o Prefeito Municipal encaminhou consulta à Procuradoria-Geral do Município para esclarecer as consequências jurídicas decorrentes dos indicadores apresentados.

Considerando exclusivamente a situação da despesa com pessoal e as disposições da Lei Complementar nº 101/2000, é correto afirmar que o Poder Executivo Municipal

- a) ficará impedido de receber transferências voluntárias da União e do Estado até que a despesa com pessoal seja reduzida ao percentual correspondente ao limite de alerta, ressalvadas as transferências constitucionalmente obrigatórias.
- b) deverá eliminar o percentual excedente nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, uma vez que a ultrapassagem do limite de alerta desencadeia automaticamente o procedimento de recondução previsto na LRF.
- c) ficará sujeito à vedação de criação de cargos, empregos ou funções públicas, ainda que não tenha atingido o limite prudencial, por se tratar de medida preventiva decorrente da superação do limite de alerta.
- d) não estará sujeito, apenas em razão dos indicadores apresentados, às vedações do art. 22, parágrafo único, nem às medidas de recondução do art. 23 da LRF, sem prejuízo da atuação preventiva do Tribunal de Contas competente.

e) ficará impedido de conceder vantagens, aumentos, reajustes ou adequações de remuneração aos servidores, ressalvadas as hipóteses legais, pois a superação do limite de alerta produz os mesmos efeitos jurídicos da ultrapassagem do limite prudencial.

109. O Estado de Monte Verde, após sucessivos exercícios de expansão de suas despesas obrigatórias, verificou que os gastos com pessoal ativo, inativo e pensionistas ultrapassaram os limites estabelecidos na legislação de responsabilidade fiscal.

Diante desse cenário, o Governador determinou a elaboração de um plano de adequação fiscal que contemplasse a revisão da estrutura administrativa, a redução de despesas com pessoal e a avaliação da viabilidade jurídica de novos provimentos de cargos públicos.

Durante a análise das medidas propostas, a Procuradoria-Geral do Estado examinou as exigências constitucionais para criação de cargos, concessão de vantagens remuneratórias, redução de despesas e eventual perda de cargos por servidores públicos.

À luz da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que

- a) os limites de despesa com pessoal ativo, inativo e pensionistas devem ser fixados anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias, podendo a Lei Orçamentária Anual estabelecer percentuais diferenciados para os Poderes, desde que respeitado o limite global do ente federativo.
- b) a criação de cargos públicos e a admissão de pessoal pelos órgãos da administração direta poderão ocorrer mediante autorização específica na Lei Orçamentária Anual, ainda que inexistente dotação orçamentária prévia suficiente, desde que o aumento da despesa seja compensado no exercício seguinte.
- c) a redução de despesas com pessoal poderá alcançar servidores estáveis somente depois da

adoção das medidas constitucionais de redução de despesas com cargos em comissão e funções de confiança e de exoneração de servidores não estáveis, observadas as demais condições constitucionais, inclusive a indenização devida ao servidor estável que perder o cargo.

d) o Poder Executivo poderá, por decreto autônomo, estabelecer limites máximos de despesa com pessoal para os demais Poderes e órgãos autônomos, sempre que a execução orçamentária indicar risco de descumprimento das metas fiscais previstas na LDO.

e) decorrido o prazo previsto em lei complementar para adaptação aos limites de despesa com pessoal, a Constituição determina a suspensão de todas as transferências constitucionais e voluntárias destinadas aos entes que permanecerem acima dos limites, inclusive daquelas necessárias ao cumprimento de obrigações constitucionais de repartição de receitas.

110. Durante a elaboração do planejamento fiscal para o exercício de 2027, a Secretaria da Fazenda de determinado Estado identificou diferentes operações envolvendo a movimentação de recursos públicos entre entes federativos, a execução de despesas orçamentárias e o financiamento de programas governamentais.

Entre as operações examinadas, destacavam-se a celebração de instrumentos de cooperação financeira com municípios, a entrega de parcelas de receitas tributárias constitucionalmente repartidas, a realização de pagamentos decorrentes de decisões judiciais e a destinação de recursos para programas assistenciais.

Diante da necessidade de identificar quais dessas operações estariam submetidas à disciplina das transferências voluntárias, a unidade de controle interno elaborou parecer técnico fundamentado na Lei Complementar nº 101/2000. Considerando o conceito legal de transferência voluntária e as particularidades das operações descritas,

caracteriza transferência voluntária, nos termos da LRF,

- a) o repasse de recursos financeiros efetuado pelo Estado aos seus municípios em cumprimento à repartição constitucional do produto da arrecadação do ICMS, independentemente da existência de convênio ou de instrumento de cooperação administrativa.
- b) a entrega de recursos de capital pela União a determinado município, mediante instrumento de cooperação financeira destinado à implantação de um centro de capacitação profissional, desde que o repasse não decorra de determinação constitucional ou legal nem constitua recurso destinado ao Sistema Único de Saúde.
- c) o pagamento realizado por ente público em cumprimento a decisão judicial transitada em julgado, mediante precatório regularmente incluído na programação orçamentária, ainda que o beneficiário seja pessoa jurídica estabelecida em outro ente federativo.
- d) a transferência de recursos estaduais a pessoas físicas residentes em municípios atingidos por calamidade pública, mediante concessão direta de auxílio financeiro, desde que os recursos sejam destinados à satisfação de necessidades emergenciais e não estejam vinculados a contraprestação.
- e) a entrega de disponibilidades financeiras de um Estado a seus municípios, por decisão discricionária do Governador, para utilização livre e sem finalidade previamente definida, dispensadas a previsão orçamentária e as demais condições legais quando houver superávit financeiro apurado no balanço patrimonial.

111. O Município de Vale Sereno, diante dos prejuízos econômicos provocados por fortes chuvas, pretende instituir um programa de apoio financeiro destinado a famílias em situação de vulnerabilidade social e a pequenas empresas que sofreram danos materiais. A proposta encaminhada à Secretaria Municipal de Finanças prevê a concessão de auxílios financeiros não reembolsáveis às famílias e a realização de aportes destinados à cobertura de déficits operacionais de determinadas pessoas jurídicas, mediante critérios objetivos de elegibilidade.

Durante a análise da viabilidade jurídico-orçamentária da iniciativa, a Procuradoria-Geral do Município ressaltou que a existência de interesse público e de disponibilidade financeira não afasta a necessidade de observância das exigências estabelecidas pela Lei Complementar nº 101/2000.

Considerando a disciplina da destinação de recursos públicos ao setor privado prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar que

- a) a destinação de recursos para cobertura de necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas somente poderá ocorrer mediante transferência indireta, por intermédio de entidade privada sem fins lucrativos, sendo vedada a concessão direta de auxílio financeiro pelo ente público, ainda que exista autorização legislativa específica.
- b) a concessão de auxílio financeiro a particulares poderá ocorrer diretamente pela Administração Pública, independentemente de autorização legislativa específica, desde que os recursos sejam provenientes de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior e estejam vinculados a situação de emergência oficialmente reconhecida.
- c) a destinação de recursos públicos poderá beneficiar exclusivamente pessoas jurídicas regularmente constituídas, inclusive sociedades empresárias e entidades sem fins lucrativos, sendo vedada a concessão de recursos a pessoas físicas, salvo

quando se tratar de benefício previdenciário previsto em lei.

- d) a destinação de recursos para atender necessidades de pessoas físicas ou cobrir déficits de pessoas jurídicas depende de autorização em lei específica e de previsão na Lei Orçamentária Anual, sendo dispensável o atendimento às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias quando a medida possuir caráter emergencial ou assistencial.
- e) a destinação de recursos públicos para cobrir, direta ou indiretamente, necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais, observadas as demais disposições legais aplicáveis.

112. Durante a elaboração do Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2026, a Secretaria de Fazenda do Estado de Santa Aurora identificou que o ente havia realizado operações de crédito destinadas ao financiamento de investimentos públicos, mantinha obrigações decorrentes de contratos de financiamento e possuía precatórios judiciais ainda não pagos.

Paralelamente, o Estado avaliava a contratação de uma operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO), destinada a suprir insuficiências temporárias de caixa, e examinava a possibilidade de aplicar disponibilidades financeiras em títulos da dívida pública federal.

A unidade de controle interno foi incumbida de verificar a compatibilidade dessas operações com a disciplina da dívida pública, do endividamento e das operações de crédito estabelecida na Lei Complementar nº 101/2000.

Considerando as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar que

- a) a vedação de operações de crédito entre entes da Federação, diretamente ou por intermédio de

entidades da administração indireta, impede que Estados e Municípios adquiram títulos da dívida pública da União para aplicação de suas disponibilidades financeiras, ainda que observadas as condições legais pertinentes.

- b) a operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, destinada a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro, integra necessariamente o cálculo da regra de ouro prevista no art. 167, III, da Constituição Federal, mesmo quando liquidada, com juros e outros encargos, até 10 de dezembro do mesmo exercício.
- c) a dívida consolidada compreende exclusivamente as obrigações financeiras exigíveis em prazo superior a doze meses, não sendo possível incluir operações de crédito de prazo inferior nem precatórios judiciais não pagos, independentemente das condições de sua contratação ou inclusão no orçamento.
- d) ultrapassado o limite da dívida consolidada ao final de um quadrimestre, o ente federativo deverá reconduzi-la ao respectivo limite até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro, sem prejuízo das restrições legalmente aplicáveis durante o período de excesso.
- e) a constatação de excesso da dívida consolidada no primeiro quadrimestre do último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo afasta a aplicação imediata das restrições previstas na LRF, desde que o ente apresente plano de recondução para cumprimento pelo sucessor.

113. No início do segundo semestre de 2026, o Município de Santa Vitória enfrentou dificuldades temporárias de liquidez em decorrência do atraso no ingresso de receitas tributárias previstas na Lei Orçamentária Anual. Embora a arrecadação projetada para o exercício permanecesse suficiente para suportar as despesas autorizadas, a Secretaria Municipal de Finanças identificou um descompasso entre o calendário de recebimentos e os vencimentos de obrigações relacionadas à folha de

pagamento, à manutenção dos serviços públicos e à execução de obras de infraestrutura. Para evitar a interrupção de atividades essenciais, o Prefeito determinou que a equipe econômica avaliasse a contratação de uma operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO).

A Procuradoria-Geral do Município, ao examinar a proposta, constatou que o ente não possuía outra operação dessa natureza em aberto e que a contratação seria pretendida para o mês de agosto, com quitação integral ainda no exercício de 2026.

Considerando a disciplina constitucional e as disposições da Lei Complementar nº 101/2000, é correto afirmar que a operação pretendida

- a) poderá ser utilizada para suprir insuficiências temporárias de caixa, desde que destinada exclusivamente ao pagamento de despesas de capital, pois a regra de ouro constitucional impede que recursos obtidos por operações de crédito financiem despesas correntes.
- b) poderá ser contratada para suprir insuficiências de caixa, independentemente de autorização legislativa, desde que o Município comprove a existência de receitas tributárias futuras suficientes para sua amortização e liquide integralmente a operação até o encerramento do exercício financeiro.
- c) constitui modalidade de operação de crédito destinada a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro, sujeitando-se às exigências legais, inclusive à autorização pertinente e à liquidação integral, com juros e demais encargos, até 10 de dezembro do mesmo ano, não sendo computada para fins da regra de ouro quando liquidada nesse prazo.
- d) deverá ser registrada obrigatoriamente como dívida consolidada ou fundada do Município, ainda que contratada e liquidada no mesmo exercício financeiro, uma vez que toda operação de crédito integra a dívida consolidada independentemente de seu prazo ou tratamento orçamentário.
- e) poderá ser realizada mediante cessão definitiva de direitos creditórios originados de receitas

tributárias futuras, caracterizando operação de securitização que, por não se equiparar a operação de crédito, fica dispensada das exigências e restrições previstas na LRF para operações por antecipação de receita orçamentária.

114. O Estado de Serra Dourada, ao elaborar sua proposta orçamentária para o exercício de 2027, identificou a possibilidade de ampliar a arrecadação mediante a alienação de imóveis públicos sem utilização administrativa, a contratação de operações de crédito e o recebimento de dividendos provenientes de empresas estatais.

Paralelamente, a Secretaria da Fazenda constatou a existência de ingressos financeiros decorrentes de depósitos de terceiros, bem como a necessidade de reforçar o financiamento de despesas relacionadas ao regime próprio de previdência social dos servidores estaduais. Durante a análise da proposta, surgiram divergências quanto à classificação das receitas, à distinção entre receitas originárias e derivadas e às restrições legais para utilização dos recursos arrecadados.

Considerando a disciplina das receitas públicas estabelecida na legislação financeira e na Lei Complementar nº 101/2000, é correto afirmar que

- a) as receitas provenientes de operações de crédito e alienação de bens integram a categoria econômica das receitas de capital e, por essa razão, somente poderão financiar despesas de capital, sendo vedada sua utilização em quaisquer despesas correntes, inclusive nas hipóteses expressamente autorizadas pela legislação fiscal.
- b) os depósitos de terceiros recebidos temporariamente pelo Estado constituem receitas orçamentárias de capital quando não houver previsão específica na Lei Orçamentária Anual, devendo ser classificados como alienação de bens ou outras receitas de capital conforme sua origem.
- c) os dividendos recebidos pelo Estado em decorrência de sua participação societária e os valores obtidos com a exploração econômica de

imóveis públicos são receitas derivadas, pois decorrem da capacidade estatal de exigir recursos de particulares para financiar suas atividades.

- d) as receitas provenientes da alienação de bens e direitos integrantes do patrimônio público são classificadas, em regra, como receitas de capital, sendo vedada sua aplicação no financiamento de despesas correntes, ressalvada a destinação legalmente autorizada aos regimes de previdência social dos servidores públicos.
- e) as receitas tributárias, por decorrerem da exploração econômica do patrimônio estatal e de atividades empresariais desenvolvidas pela Administração Pública, classificam-se como receitas originárias, podendo financiar indistintamente despesas correntes ou de capital, sem observância de vinculações constitucionais.

115. Considerando as disposições da Lei Complementar nº 101/2000, especialmente as normas relativas à transparência da gestão fiscal, é correto afirmar que

- a) a transparência fiscal exige a publicação periódica de informações consolidadas, sendo facultativa a disponibilização de dados detalhados da execução orçamentária e financeira em meios eletrônicos, desde que os demonstrativos anuais sejam publicados dentro dos prazos legais.
- b) a transparência da gestão fiscal pressupõe que cada Poder e órgão mantenha sistema próprio e independente de administração financeira, vedada a utilização de sistema único pelo ente federativo, a fim de preservar a autonomia administrativa e a segregação das informações contábeis.
- c) os instrumentos de transparência fiscal compreendem, obrigatoriamente, os planos, os orçamentos, as leis de diretrizes orçamentárias, os relatórios de sustentabilidade ambiental, os estudos demográficos e os demonstrativos de desempenho econômico das empresas privadas beneficiárias de incentivos fiscais.
- d) a transparência fiscal será considerada suficientemente atendida quando o ente federativo divulgar os editais de concursos públicos, os resultados de processos seletivos e as informações sobre provimento de cargos, ainda que não disponibilize dados detalhados sobre receitas arrecadadas e despesas executadas.
- e) a transparência da gestão fiscal será também assegurada mediante a adoção de sistema integrado de administração financeira e controle que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União, sem prejuízo da ampla divulgação dos instrumentos de transparência e da disponibilização das informações legalmente exigidas sobre a execução orçamentária e financeira.

116. Considerando as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 e a sistemática do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), é correto afirmar que

- a) os municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes poderão divulgar semestralmente tanto o RREO quanto o RGF, desde que publiquem os demonstrativos em até trinta dias após o encerramento de cada semestre e mantenham atualizados os dados da execução orçamentária.
- b) o RREO, cuja elaboração compete ao Poder Executivo e que abrange os Poderes e o Ministério Público, deverá ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, enquanto os municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes poderão optar pela divulgação semestral do RGF, observadas as condições legais.
- c) o RGF deverá ser divulgado bimestralmente pelos municípios com população superior a cinquenta mil habitantes, enquanto o RREO terá periodicidade quadrimestral, por se destinar à verificação do cumprimento dos limites de despesa com pessoal e dívida consolidada.
- d) o RGF deverá conter, obrigatoriamente, o Balanço Orçamentário e o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, enquanto o RREO deverá apresentar os demonstrativos de despesa com pessoal, dívida consolidada líquida e operações de crédito, respeitada a periodicidade de cada relatório.
- e) o RREO e o RGF deverão ser publicados em até sessenta dias após o encerramento do respectivo período de referência, sendo facultado aos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes substituir a publicação dos relatórios pelo envio de informações ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi).

117. Durante a apreciação das contas anuais de determinado Estado da Federação, o Tribunal de Contas identificou que, embora o Poder Executivo tivesse cumprido formalmente os prazos de publicação dos relatórios fiscais, parte das informações disponibilizadas à sociedade não permitia compreender adequadamente as decisões que resultaram na ampliação do endividamento público. Diante desse cenário, a Assembleia Legislativa promoveu audiência pública para que os gestores apresentassem justificativas sobre as decisões fiscais adotadas, demonstrassem os resultados alcançados e esclarecessem as providências destinadas à correção de eventuais irregularidades.

Na ocasião, ressaltou-se que a publicidade das informações constitui condição necessária, mas não suficiente, para assegurar a efetiva responsabilização dos agentes públicos, sendo indispensável que estes se submetam ao escrutínio institucional e social, prestem contas de sua atuação e estejam sujeitos às consequências decorrentes do exercício de suas competências.

O conceito de governança pública que melhor expressa essa combinação entre prestação de contas, dever de justificação, fiscalização e possibilidade de responsabilização é denominado

- a) benchmarking, caracterizado pela comparação sistemática de práticas e indicadores de desempenho entre organizações públicas, com a finalidade de identificar padrões de excelência e oportunidades de aperfeiçoamento administrativo.
- b) governabilidade, relacionada às condições políticas e institucionais que permitem ao governo formular decisões, obter apoio para sua implementação e preservar a estabilidade necessária ao exercício do poder.
- c) eficiência administrativa, associada à utilização racional dos recursos públicos e à obtenção dos melhores resultados possíveis, com redução de desperdícios e otimização dos processos governamentais.

d) controle hierárquico, caracterizado pela supervisão exercida por autoridades superiores sobre os atos de seus subordinados, com fundamento nas relações de subordinação existentes no interior da estrutura administrativa.

e) accountability, que compreende o dever de prestar contas e justificar decisões, a sujeição dos agentes públicos à fiscalização e a possibilidade de responsabilização por seus atos e resultados, inclusive perante instituições de controle e a sociedade.

118. Considerando que o Estado de São Paulo adota a periodicidade ordinária de divulgação dos relatórios fiscais, prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar que o

- a) Relatório de Gestão Fiscal relativo ao primeiro quadrimestre de 2026, compreendido entre janeiro e abril, deverá conter, obrigatoriamente, demonstrativo das disponibilidades de caixa existentes em 30 de abril, acompanhado da identificação das despesas inscritas em restos a pagar até essa data.
- b) Relatório Resumido da Execução Orçamentária relativo ao sexto bimestre de 2026, compreendido entre novembro e dezembro, deverá apresentar demonstrativo da disponibilidade de caixa em 31 de dezembro, discriminada por vinculação de recursos, em substituição ao demonstrativo do Balanço Orçamentário.
- c) Relatório de Gestão Fiscal relativo ao último quadrimestre de 2026, compreendido entre setembro e dezembro, deverá conter, além dos demonstrativos exigidos para os demais períodos, demonstrativo da disponibilidade de caixa em 31 de dezembro e demonstrativo referente à inscrição de despesas em restos a pagar, observadas as exigências legais.
- d) Relatório Resumido da Execução Orçamentária deverá ser emitido e assinado pelos titulares de cada Poder e órgão referido no art. 20 da LRF, competindo-lhe demonstrar o cumprimento dos

limites de despesa total com pessoal e de dívida consolidada.

- e) Relatório de Gestão Fiscal deverá ser elaborado exclusivamente pelo Poder Executivo, abrangendo os demais Poderes e o Ministério Público, e conter, como demonstrativos principais, o Balanço Orçamentário e o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, em periodicidade bimestral.

119. Durante a elaboração do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2027, a Secretaria de Planejamento Estado de São Paulo foi incumbida de organizar os demonstrativos fiscais exigidos pela legislação. No mesmo período, a unidade central de contabilidade preparava os relatórios relativos à execução orçamentária de 2026, enquanto o órgão de controle interno avaliava os demonstrativos destinados à verificação do cumprimento dos limites de despesa com pessoal e endividamento.

Ao examinar os documentos produzidos, a equipe técnica identificou divergências quanto à finalidade do Anexo de Metas Fiscais (AMF), ao conteúdo do Anexo de Riscos Fiscais (ARF) e à vinculação dos demonstrativos que integram o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

Considerando a disciplina estabelecida pela Lei Complementar nº 101/2000 e as orientações do Manual de Demonstrativos Fiscais, é correto afirmar que o

- a) Anexo de Riscos Fiscais, integrante da LDO, destina-se principalmente a demonstrar o cumprimento dos limites legais relativos à despesa com pessoal, à dívida consolidada, à concessão de garantias e às operações de crédito, substituindo, nessa finalidade, os demonstrativos do Relatório de Gestão Fiscal.
- b) Anexo de Riscos Fiscais deverá apresentar as metas anuais de receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública para o exercício a que se referir e para os dois seguintes, enquanto o Anexo de Metas Fiscais identificará os

passivos contingentes e os demais riscos capazes de afetar as contas públicas.

- c) Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão, o Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas e o Balanço Orçamentário integram obrigatoriamente o Anexo de Metas Fiscais da LDO, uma vez que se destinam à avaliação das metas fiscais projetadas para o exercício financeiro.
- d) Relatório de Gestão Fiscal deverá conter o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, cuja finalidade principal é evidenciar a evolução da arrecadação tributária e das transferências correntes para verificar o cumprimento das metas de receita fixadas no Anexo de Metas Fiscais.
- e) Demonstrativo da Receita Corrente Líquida integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, sendo utilizado, entre outras finalidades, para evidenciar a apuração da receita corrente líquida, parâmetro relevante para a verificação de limites fiscais estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

120. Ao elaborar o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida referente ao exercício financeiro de 2026, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo identificou divergências entre suas unidades técnicas quanto ao tratamento de determinadas receitas e transferências na apuração do indicador fiscal. Durante o período de referência, o Estado registrou receitas tributárias próprias, transferências constitucionais recebidas da União, receitas provenientes de contribuições e serviços públicos, ingressos de empresas estatais controladas e valores correspondentes à participação constitucionalmente assegurada aos Municípios na arrecadação de impostos estaduais.

Considerando que a Receita Corrente Líquida constitui parâmetro para a verificação dos limites de despesa com pessoal e de endividamento público, a equipe responsável pela elaboração do demonstrativo deveria identificar quais valores devem ser excluídos do somatório das receitas correntes, em conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000. Nesse contexto, constitui dedução legalmente prevista na apuração da Receita Corrente Líquida dos Estados

- a) a totalidade das transferências correntes recebidas da União em decorrência da repartição constitucional de receitas tributárias, inclusive os recursos provenientes do Fundo de Participação dos Estados, por não constituírem receitas diretamente arrecadadas pelo ente estadual.
- b) o montante das receitas operacionais auferidas pelas empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Estado, independentemente de sua condição de dependência financeira e da natureza orçamentária dos respectivos ingressos.
- c) a totalidade das receitas arrecadadas mediante taxas e contribuições estaduais, por se tratar de espécies tributárias cuja arrecadação está vinculada a atividades ou finalidades específicas.
- d) os valores que, por determinação constitucional, devam ser transferidos pelo Estado aos Municípios em decorrência da repartição do produto da

arrecadação de impostos, observadas as disposições aplicáveis à apuração da Receita Corrente Líquida.

- e) o montante correspondente à atualização monetária das receitas tributárias estaduais pelo índice de inflação utilizado na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, com a finalidade de eliminar os efeitos inflacionários sobre a base de cálculo dos limites fiscais.

ESTUDO DE CASO

Em agosto de 2026, a Secretaria de Desenvolvimento Social encaminhou ao órgão central de planejamento e orçamento do Estado minuta de projeto de lei que cria o programa Renda Jovem, destinado ao pagamento mensal de auxílio a estudantes do ensino médio em situação de vulnerabilidade, por prazo indeterminado, com custo estimado em R\$ 300.000.000,00 por ano. O processo foi instruído apenas com a estimativa do custo para 2027, primeiro ano de vigência do programa.

Para custear a nova despesa, a Secretaria indicou o excesso de arrecadação previsto para 2026, decorrente da alienação de imóveis do Estado. A minuta prevê, ainda, um único indicador para o acompanhamento do programa: o número de benefícios pagos por mês. Segundo a Secretaria, o crescimento desse número será suficiente para demonstrar que o programa é efetivo.

Com base na situação hipotética apresentada, redija um texto dissertativo que aborde, necessariamente, os seguintes aspectos e apresente, ao final, proposta de solução para o caso:

- a) o enquadramento da nova despesa e os requisitos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal para a sua criação;
- b) a adequação da fonte indicada para custear o programa;
- c) a suficiência do indicador previsto para avaliar o desempenho do programa.

Extensão: até 30 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado. Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos.
Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
